

**PASSADO, PRESENTE E FUTURO NA VOZ DAS MULHERES E
RAPARIGAS AFECTADAS PELO CONFLITO EM CABO DELGADO:**

UMA ANÁLISE FEMINISTA

RELATÓRIO-SÍNTESE



LISTA DE ACRÓNIMOS

ADIN - Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte
APSA - Arquitectura Africana de Paz e Segurança (African Peace and Security Architecture)
CCCM - Camp Coordination and Camp Management Cluster
CTV - Centro Terra Viva
DPS - Direcção Provincial de Saúde
FADM - Forças Armadas de Defesa de Moçambique
FDS - Forças de Defesa e Segurança
FNDS - Fundo Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
FOCADE - Fórum das ONG's em Cabo Delgado
INGC - Instituto Nacional de Gestão das Calamidades
INGD - Instituto Nacional de Gestão de Risco de Desastres
JA! - Justiça Ambiental
MULEIDE - Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento
OCB - Organizações Comunitárias de Base
ONG - Organização Não Governamental
OSC - Organização da Sociedade Civil
PDI - Pessoas Deslocadas Internas
PEGDI - Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos
PRCD - Plano de Reconstrução de Cabo Delgado
PMA - Programa Alimentar Mundial
PNAMPS - Plano Nacional de Acção sobre Mulher Paz e Segurança
SADC - South African Development Community
VBG - Violencia Baseada no Género
UNAC - União Nacional de Camponeses
UNFPA - United Nations Population Fund
UNICEF - United Nations International Children's Emergency Fund
UNOCHA - Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento
WLSA - Women and Law in Southern Africa

ÍNDICE

Introdução

Metodologia

Análise das Principais Constatações

PASSADO E PRESENTE

PARTE 1

1. “A vida como ela era”: O passado das mulheres deslocadas
2. Condições e Gestão dos Centros e Aldeias de Acolhimento e Acesso a Serviços Sociais
3. Estratégias Quotidianas de Resistência e Entreaajuda
4. Principais Alterações nos Papéis e Relações de Género geradas pelo Conflito
5. Percepções sobre Violência de Género antes e depois do conflito e acesso aos serviços de VBG
6. Impacto cultural e religioso-espiritual do conflito nas mulheres deslocadas
7. Conflitos e Solidariedades "invisíveis" resultantes da deslocação forçada
 - 8.1 Conflitos invisíveis
 - 8.2 Solidariedades invisíveis
8. Percepções sobre o desempenho das Forças Armadas

PARTE 2

1. Participação das Mulheres e Sociedade Civil na Agenda de Paz, Segurança e Reconstrução
 - 1.1 Agenda da Mulher, Paz e Segurança em Moçambique – Um breve olhar histórico
 - 1.2 A Agenda de Mulher, Paz e Segurança: Quadro Normativo-Legal
 - 1.3 Algumas críticas feministas à Resolução 1325 e à Agenda de Mulher, Paz e Segurança

1.4 Desafios Gerais para aplicação da Resolução 1325 e da Agenda Mulher, Paz e Segurança

1.5 Participação das Mulheres e Sociedade Civil na Plataforma Mulher, Paz e Segurança e na Agenda Mulher, Paz e Segurança em Cabo Delgado e Moçambique

2. Participação das Mulheres e nos Programas e “Clusters” de Resposta Humanitária e Projectos de Desenvolvimento

2.1 Resposta Humanitária

FUTURO

2.2 Programas de Desenvolvimento e Reconstrução

2.2.1 Participação e Decisão sobre o Futuro de Cabo Delgado: Onde estão as mulheres?

2.2.2 Plano de Reconstrução de Cabo Delgado

3. Percepções sobre o modelo de Desenvolvimento e os Recursos Naturais em Cabo Delgado como causa do conflito e condição para a Paz
4. Mudanças Climáticas e a Crise Ecológica – Alternativas ao Desenvolvimento Extractivistas?
5. Caminhos para a Paz

Recomendações

INTRODUÇÃO

O presente documento é um relatório-síntese da pesquisa *Passado, Presente e Futuro na Voz das Mulheres e Raparigas Afectadas pelo Conflito em Cabo Delgado: Uma Análise Feminista*, realizada pela equipa de pesquisadoras da Mukadzi - Colaboratório Feminista e financiada pelo Programa Women's Voice and Leadership (WVL) ALIADAS que procura documentar, analisar e partilhar, com base numa abordagem feminista, as realidades e vivências das mulheres afectadas pelo conflito em Cabo Delgado e trazer recomendações para intervenções, programas e políticas que visam beneficiá-las, com base nas suas vozes e percepções.

Aqui, trazemos uma versão resumida do documento final, com os principais aspectos analisados. A versão completa do relatório de pesquisa (incluindo as referências bibliográficas) pode ser consultada na plataforma digital www.muthiana.com, que pretende ser um recurso para a temática sobre Mulher, Paz e Segurança em Cabo Delgado.

Fundamentação

- Ausência das vozes, histórias e vivências das mulheres deslocadas e suas perspectivas e percepções sobre o conflito, sobre os centros de acolhimento, sobre a resposta e apoio que estão a receber, sobre as forças armadas, sobre os caminhos para paz e reconstrução e a necessidade de visibilizar e ampliar a suas vozes no âmbito dos espaços de tomada de decisão.
- Ausência de uma análise feminista sobre o impacto do conflito e sobre a resposta ao conflito;
- Ausência também de uma análise que compreenda o impacto nas relações de género resultantes do conflito;
- Ausência de uma análise das forças, fraquezas, desafios e oportunidades das OSC nacionais que intervêm em Cabo Delgado (com enfoque para defesa dos direitos da mulher);
- Necessidade de mais espaços e formas de participação directa das mulheres afectadas pelo conflito;
- Desejo de contribuir para o esforço de advocacia em prol da paz a partir das perspectivas das mulheres mais afectadas;
- Mulheres, raparigas e crianças têm sido os grupos afectados de forma diferenciada pelo extremismo violento e outras múltiplas formas de VBG e pelo empobrecimento resultante da

destruição causada pelo conflito. Mulheres assumem desproporcionalmente as **responsabilidades de cuidado, provisão e gestão da vida comunitária**.

Objectivos:

GERAL: documentar, analisar e partilhar as realidades e vivências das mulheres afectadas pelo conflito e Trazer recomendações para intervenções, programas e políticas que visam beneficiá-las

- 1) Recolher e documentar as histórias e percepções de mulheres afectadas pelo conflito e deslocadas internamente
- 2) Identificar actividades e demandas nas intervenções das organizações locais voltadas para a mulher / (Análise SWOT das OSCs)
- 3) Partilhar recomendações sobre estratégias de intervenção mais adequadas
- 4) Divulgar amplamente os resultados do estudo

Resultados Esperados:

1. Produzido um estudo compreensivo e holístico sobre a situação das mulheres e raparigas
2. Documentada a multiplicidade dos impactos de género resultantes do conflito
3. Partilhadas recomendações para orientar intervenções mais eficazes e holísticas, bem como influenciar políticas e programas de apoio, desenvolvimento e paz
4. Promovida a visibilidade e inclusão das vozes das mulheres na definição das estratégias, programas e políticas de resposta ao conflito
5. Divulgados amplamente os resultados deste estudo

METODOLOGIA

A presente pesquisa assenta numa metodologia mista, de carácter qualitativo, que articula trabalho de campo para recolha de dados primários - através de uma análise etnográfica, entrevistas semiestruturadas individuais e em grupos focais, histórias/trajectórias de vida, linha do tempo, análise de percepções e emoções -, com trabalho de investigação bibliográfica para recolha e análise de dados secundários, com base na literatura e documentos relevantes sobre Cabo Delgado e o actual conflito armado, mulheres, paz e segurança e outras temáticas relacionadas. Ainda, a metodologia de pesquisa serviu, em si mesma, como forma de criar um espaço participativo e de troca entre as mulheres, incentivando a sua agência e empoderamento cívico e político.

A combinação destes diferentes métodos foi orientada por princípios feministas na condução de toda a pesquisa e abordagens de pesquisa-acção, privilegiando uma análise feminista e o uso de género como categoria de análise fundamental, que pressupõe que as mulheres são incluídas na pesquisa como sujeitas participativas no processo de coprodução de conhecimento, através das suas experiências e percepções, ao invés de serem meramente consideradas objectos de estudo.

Crítérios de selecção das participantes da pesquisa

Os principais participantes da pesquisa, aqueles a quem demos maior atenção e foco, foram as mulheres deslocadas e afectadas directamente pelo conflito em Cabo Delgado. O *lugar de fala* principal é, portanto, delas. Como dito anteriormente, o principal critério na composição dos grupos foi garantir a representatividade da diversidade local e heterogeneidade, no que diz respeito a categorias como idade, proveniência, etnia, religião, número de filhos, estado civil, escolaridade, necessidades especiais, entre outras.

Foram consideradas mulheres vivendo nos centros de acolhimento formais, mas também mulheres fora destes centros de acolhimento, nomeadamente as que estão alojadas nos diferentes bairros da cidade de Pemba. Deste modo, pudemos colher perspectivas das suas realidades nos alojamentos estabelecidos formalmente *versus* outras formas de acomodação, tais como famílias de acolhimento.

Outro grupo relevante que foi entrevistado foi o de mulheres nativas/das comunidades e famílias de acolhimento, de forma a compreender algumas das dinâmicas estabelecidas entre este grupo e as mulheres deslocadas. Em relação às famílias de acolhimento, conversamos com dois homens chefes de famílias que acolheram pessoas deslocadas. Entrevistámos, também, um grupo focal de homens deslocados afectados pelo conflito, com o intuito de captar algumas dinâmicas e papéis de género resultantes do conflito, cruzando as percepções das mulheres com as perspectivas masculinas. Foram ainda entrevistados representantes e trabalhadores de organizações da sociedade civil, organizações comunitárias de base com intervenções em Cabo Delgado, lideranças comunitárias (um homem e uma mulher), pesquisadores e académicos com artigos e estudos sobre Cabo Delgado.

Crítérios de selecção dos Distritos

Estes locais foram seleccionados por serem os distritos com maior número de famílias e pessoas deslocadas. Segundo o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (2021), Montepuez concentra actualmente 11,961 famílias e Metuge 34,484. A cidade de Pemba foi também incluída tendo em consideração a relevância geopolítica como capital da província de Cabo Delgado.

PARTICIPANTES POR DISTRITO			
DISTRITO	PARTICIPANTES	TOTAL HOMENS	TOTAL MULHERES

Pemba (cidade)	<p>1 Grupo Focal de 12 mulheres deslocadas</p> <p>1 Grupo Focal de 3 homens deslocados</p> <p>2 Entrevistas a chefes de agregados familiares</p> <p>2 Entrevistas individuais a mulheres activistas/voluntárias</p>	5	14
Metuge (aldeia de Cuaia)	<p>2 Grupos Focais de 20 mulheres deslocadas</p> <p>4 Entrevistas Individuais a mulheres deslocadas</p> <p>1 Entrevista a um líder comunitário</p>	1	20
Ancuabe (aldeia de Nacussa B)	<p>1 Grupo Focal de 13 mulheres deslocadas</p> <p>6 Entrevistas individuais a mulheres deslocadas</p>	0	13
Montepuez (aldeia de Nacaca)	<p>1 Grupo Focal de 14 mulheres nativas</p> <p>1 Grupo Focal de 12 mulheres deslocadas</p> <p>4 Entrevistas Individuais a mulheres deslocadas</p> <p>1 Entrevista Individual a uma mulher nativa</p>	0	26
TOTAL DE PESSOAS ENTREVISTADAS		6	73

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

PASSADO E PRESENTE

PARTE 1

1. “A vida como ela era”: O passado das mulheres deslocadas

Sobretudo a partir de 2020, com a intensificação dos ataques e relatos de assassinatos, mutilações, sequestros, violência sexual e pilhagens, observou-se uma fuga em massa das populações, na sua maioria mulheres e crianças. A fuga representou e continua a representar uma ruptura dolorosa para as mulheres, ruptura com a vida quotidiana que tinham e principalmente com a terra onde viviam, produziam e que era a sua principal fonte de rendimento.

Antes de serem forçadas pelo conflito a fugir, estas mulheres viviam com as suas famílias e tinham como principais fontes de rendimento a venda de lenha, carvão, gelo, peixe e as suas machambas, onde produziam uma série de verduras, arroz, milho, mandioca, gergelim, entre outros, que usavam para consumo próprio e das suas famílias. A outra parte dessa produção era vendida para comprar vestuário para si e para os seus filhos, colchões e outros utensílios domésticos, alimentos, material escolar, etc. Quase todas as entrevistadas tinham algum tipo de pequeno negócio (venda de peixe, roupas, bolos e etc.) que as ajudava a sustentar as suas famílias, além de fazerem parte de grupos de poupança. Uma das participantes da aldeia de Nacussa B (Ancuabe) contou que “(...) *na nossa zona de origem fazíamos negócio. Vendíamos produtos alimentares para sustentar as nossas famílias, mas aqui onde estamos não temos essa possibilidade*”.

Na secção seguinte, analisamos a situação e as condições dos centros e aldeias de acolhimento visitados, no que diz respeito às suas infraestruturas e ao acesso a serviços sociais básicos, a partir dos relatos e da avaliação das mulheres entrevistadas.

2. Condições e gestão dos Centros e Aldeias de acolhimento e acesso a serviços sociais

Para além do deslocamento massivo de pessoas e da destruição das suas aldeias e bens, o conflito provocou também a destruição generalizada de infraestruturas e equipamentos, tornando o acesso das pessoas aos serviços essenciais altamente restrito. A prestação de serviços essenciais – especialmente de saúde – foi também prejudicada pela ausência de pessoal-chave, que se viu forçado a abandonar os seus postos e a fugir (UNOCHA, 2021; PRCD, 2021).

Apesar da existência de um Plano de Reconstrução de Cabo Delgado, de uma Política e Estratégia de Gestão dos Deslocados Internos e de todo o investimento e programas de apoio humanitário que estão

a ser feitos, a situação dos centros e aldeias de deslocados é ainda bastante precária, não só em termos de infraestruturas e acesso a serviços sociais essenciais (saúde, educação, água e saneamento, etc), mas também de falta de bens materiais, terra para cultivo, alimentação e rendimentos e acesso a programas de geração de rendimentos. Os centros e aldeias visitados carecem de acesso a terra, meios e fontes de financiamento, habitação condigna, água, higiene, saneamento básico e energia, material doméstico, serviços abrangentes de saúde, educação, transporte e produtos menstruais adequados. No grupo focal de mulheres de Nacussa B (Ancuabe), uma das senhoras disse, sobre a falta de terra, que *“as machambas são essas que foram transformadas em palcos do terrorismo”*.

De seguida, apresentamos algumas constatações sobre as condições das aldeias visitadas, a partir das percepções das mulheres que ali vivem.

2.1 Habitação e Bens Não-Alimentares

Nas aldeias visitadas, os espaços e as condições de habitação são precários e instáveis. As mulheres queixam-se das casas/tendas sem condições básicas e nem espaço para todos (falta de provacidade e falta de colchões/camas). Preocupam-se bastante com a vinda das chuvas, pois temem que as casas não aguentem, que haja inundações e que fiquem desabrigadas. Na maior parte das vezes, foram as mulheres que se responsabilizaram pela construção das casas, assim como escolas e espaço para rezas:

As casas onde vivemos foram construídas por nós mesmas. O governo não chegou a prestar apoio algum. Pedimos lonas, painelas, tampas de latrinas, roupa e etc e até os dias actuais não recebemos nada. A única organização que apoia é o PMA. A falta de apoio tem feito com que algumas famílias optem por voltar às suas casas, porque lá tem possibilidade de comer e viver minimamente, apesar da exposição ao perigo (Grupo focal de mulheres de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

2.2 Segurança Alimentar e Meios de Subsistência

As pessoas que foram forçadas a fugir das suas zonas de residência permanecem, na sua maioria, incapazes de aceder às suas actividades de subsistência. A falta de acesso à terra tem provocado não só uma piora na dieta alimentar das pessoas deslocadas, mas também impedido o acesso a rendimentos, o que por sua vez impossibilita as mulheres de participarem em grupos de poupança, o que as torna fortemente dependentes da ajuda humanitária. Esta situação não afecta, no entanto, apenas as PDIs, mas tem provocado um grande impacto nas comunidades hospitaleiras, que demonstraram incrível solidariedade, mas cujos recursos esgotaram após a abertura das suas casas a pessoas deslocadas.

Não ter acesso a terras para cultivo significa que as mulheres não podem alimentar as suas famílias, alienando assim o seu papel de principais provedoras (Osório e Cruz e Silva, 2021). A única ajuda que afirmam receber de forma irregular é do Programa Mundial de Alimentação (PMA), mas esta é insuficiente e pouco diversificada. As mulheres precisam de terra para produzir, para diversificarem a sua dieta, alimentarem as suas famílias e obter rendimentos:

Aqui no centro, para ter acesso a tudo é um desafio. Não comemos devidamente. Não temos acesso a nada, mesmo a terra para a prática da agricultura (Grupo focal de mulheres, Pemba, 2021).

2.3 Água, higiene e saneamento

Uma das consequências do conflito tem sido a destruição dos principais sistemas de abastecimento de água e de saneamento e a pressão que o deslocamento maciço da população causou no acesso a estes serviços essenciais, nomeadamente a água potável. A falta de água é uma realidade presente no dia a dia da vida das aldeias e centros visitados. De uma maneira geral, os poços/fontes de água existentes são insuficientes para a quantidade de pessoas e estão longe, o que faz com que as mulheres tenham de caminhar longas distâncias. Na aldeia de Nacussa B (Ancuabe), as mulheres queixam-se que a água disponível não é suficiente para a quantidade de pessoas:

Em todo este centro temos apenas dois furos de água. Sentimos a necessidade de ter mais disponibilidade de água. Nós somos 550 pessoas e dois furos de água são insuficientes para abastecer a todos. E é um centro que tem mais mulheres e crianças (Grupo focal de mulheres, Nacussa B, Ancuabe, 2021).

2.4 Higiene Menstrual e Privacidade

Apesar de existirem várias organizações nacionais e agências internacionais que distribuem os chamados *kits de higiene/dignidade*, estes são insuficientes. É necessário que se pensem em intervenções mais adaptadas/específicas ao contexto onde estas mulheres se encontram e, principalmente, as mulheres e raparigas precisam de ser consultadas nas fases de desenho destas iniciativas, uma vez que a eficácia da distribuição dos kits pode variar de acordo com as condições sanitárias dos locais onde as deslocadas se encontram, assim como com os seus hábitos sociais e culturais:

Neste centro nós mulheres nunca recebemos pensos higiénicos para tratar da questão do período menstrual. Quando estamos de período, recorremos à capulana. E depois torna-se difícil limpar essa capulana visto que não temos produtos de higiene e limpeza (Grupo Focal de Mulheres de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

Uma gestão menstrual eficiente contribui para uma maior igualdade de género, no sentido em que permite uma maior mobilidade por parte de mulheres e raparigas. Isto requer intervenções integradas, holísticas e adaptadas ao contexto, em que mulheres e raparigas são consultadas de antemão. Para que seja eficiente, a gestão menstrual deve incluir o acesso a produtos menstruais adequados, informação e educação que incentivem a quebra de tabus e normas sociais positivas.

2.5 Acesso à Saúde

O acesso à saúde é extremamente restrito nas aldeias visitadas. As unidades sanitárias estão distantes, o que faz com que as mulheres tenham de percorrer longas distâncias a pé ou pagar por transporte, sendo que não possuem dinheiro para tal. As mulheres da aldeia de Cuaia (Metuge) relataram que existem dois centros de saúde, mas todos a cerca de 1h de distância, o que coloca em risco os doentes. Relataram também casos de violência obstétrica, em que mulheres que tiveram os seus filhos no meio do caminho por causa das distâncias foram maltratadas pelas enfermeiras à chegada aos centros de saúde, dizendo-lhes que *“Estás a trazer esse bolo para mim porquê? Leva de volta!”*.

Sem acesso a unidades de saúde que incluam serviços de parto e cuidados obstétricos de emergência, as mulheres grávidas correm o risco de complicações fatais. O fraco ou inexistente acesso a hospitais e unidades sanitárias afectou também os serviços de planeamento familiar, expondo mulheres e raparigas a gravidezes indesejadas em contextos e condições perigosas. Mulheres e raparigas também se tornam mais vulneráveis à violência sexual, exploração e infecção por HIV/SIDA, destacando ainda mais as conexões essenciais entre saúde sexual e reprodutiva e violência baseada no género (UNFPA, 2021).

2.6 Acesso ao Apoio Psicossocial e Espaços Amigos da Mulher

Segundo as organizações da sociedade civil e agências internacionais entrevistadas – e que prestam apoio psicossocial e gerem os Espaços Amigos da Mulher - há uma falta de pessoal qualificado e este tipo de apoio tem um custo elevado. Há ainda poucas orientações especializadas em como intervir em saúde mental para mulheres e raparigas que sofrem ou sofreram violência de género, especificamente num contexto de emergência e de extrema violência. Neste sentido, é crucial que os profissionais e técnicos que trabalham diretamente com as deslocadas/sobreviventes de traumas recebam treinamento e supervisão adequados, de forma a garantir que não causem danos adicionais.

As mulheres entrevistadas tiveram pouco ou nenhum contacto com este tipo de apoio. À falta de apoio profissional e capacitado, recorrem a outras formas de cura dos seus traumas. Saltar à corda, cantar e dançar são actividades que as ajudam a esquecer o que passaram e as anima um pouco, mesmo que momentaneamente. Através de canções (muitas criadas por elas), elas vocalizam e exteriorizam os seus traumas, angústias, incertezas e desejos e a dança tem o poder de as transportar para as suas aldeias e para momentos de felicidade passados:

Ainda não tivemos apoio psicossocial. E não temos uma estratégia para poder lidar melhor com o impacto do conflito nas nossas vidas. As únicas coisas que

fazemos é cantar e dançar canções tradicionais (Líder Comunitária de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

2.8 Acesso à Educação

A destruição de infraestruturas, a falta de segurança e a consequente fuga da população têm contribuído para que a educação seja um dos sectores mais afectados pelo conflito. Nas aldeias visitadas, o acesso à educação é mais um dos serviços sociais essenciais que apresenta enormes lacunas. Apesar de, em algumas aldeias, haver escolas primárias perto, não há para todas as classes, especialmente ao nível secundário. Os professores não estão presentes todos os dias e as infraestruturas escolares são precárias. Na aldeia de Cuaia (Metuge), foram as próprias mulheres que construíram duas salas de aula, com material local. Outra dificuldade que as mulheres relatam é a falta de dinheiro para a compra de material escolar, uniforme e para o transporte das crianças até às escolas, uma vez que estão sem fontes de rendimento. Antes do conflito, as mulheres usavam os rendimentos dos vários negócios que desenvolviam (venda de produtos agrícolas, de bolos, de roupas, etc) para a compra de material escolar e transporte.

3. Estratégias quotidianas de resistência e entre-ajuda

Apesar de verbalizarem o contrário, as mulheres entrevistadas estão constantemente activas e a desenvolver uma série de estratégias de resistência, entreajuda e solidariedade que tecem umas com as outras e através das quais procuram dar um sentido de normalidade às suas vidas. Uma das práticas que foram obrigadas a interromper e da qual sentem muita falta é o *xitiki*. Muito mais do que uma prática económica, este possibilita o fortalecimento de laços entre as participantes, que se ajudam mutuamente não só com as poupanças, mas também através do convívio frequente e das trocas afectivas que se estabelecem a partir dele. Estas práticas são cruciais para que estas mulheres resistam e ganhem de volta a sua autonomia e liberdade, enfrentando os desafios do dia a dia:

(...) nas nossas aldeias conseguíamos cultivar e desenvolver negócios, enquanto no centro vivemos de doações e temos falta de tudo. Não temos condições de cultivar e muito menos de fazer negócios e poupanças, situações que enfraqueceram a capacidade das famílias (Grupo focal de mulheres de Cuaia, Metuge, 2021).

4. Principais alterações nos papéis e relações de género geradas pelo conflito

Um dos efeitos do conflito foi o reforço dos papéis reprodutivos atribuídos social e culturalmente às mulheres, nomeadamente os de principais cuidadoras da família, com o acréscimo das suas responsabilidades. Esta situação está fortemente ligada ao facto de elas terem passado a assumir as responsabilidades que seriam atribuídas aos homens (construção de casas, procura de meios de subsistência de modo a cuidar dos filhos e outros parentes, etc), uma vez que estes não conseguem arranjar trabalho e se sentem incapacitados e desmoralizados. Elas chegaram a afirmar que *“nós as mulheres aqui no centro é que somos os homens”*. Se, por um lado, esta afirmação aponta para o que referimos anteriormente, ou seja, que houve um reforço das obrigações e responsabilidades por parte

das mulheres, por outro aponta para uma fragilidade emocional e social dos homens devido à sua inatividade. Melhor, aponta para algo que precisa de ser melhor aprofundado e que está ligado à construção social e cultural das suas masculinidades.

Neste sentido, pensamos que a análise de que o contexto acabou por reforçar os papéis de género atribuídos às mulheres é apenas uma parte da equação. A nossa análise permitiu perceber que, ao assumirem novas responsabilidades, as mulheres têm mostrado uma proactividade que tem a potencialidade de transformar a percepção que elas têm de si mesmas, para além do seu papel como provedoras. Elas participam na reconstrução das suas próprias vidas, criando formas de resistência através de pequenas iniciativas que vão desenvolvendo, tornando-se sujeitas de transformação, contestação e de resistência. Mesmo não sendo uma tendência dominante, achamos ser de extrema importância aprofundar as alterações que o contexto do conflito e da emergência têm provocado nas masculinidades e na agência e percepção que as mulheres passam a construir sobre si e sobre os seus papéis.

5. Percepções sobre violência de género antes e depois do conflito e acesso aos serviços de violência baseada no género (VBG)

É facto que o conflito tem reforçado e actualizado formas de violência baseada no género, assim como destruído e comprometido serviços de apoio e resposta, o que dificulta o acesso das mulheres a eles, principalmente em regiões longínquas. Além disso, as condições precárias e inseguras em que vivem, principalmente nos centros de deslocados, não só não ajudam a prevenir, como aumentam a possibilidade da violência. Os serviços de apoio existentes são insuficientes, não estão presentes em todos os centros e aldeias e não há pessoal suficiente e devidamente preparado para lidar com traumas deste tipo.

As mulheres entrevistadas relatam mais abertamente o que chamamos de violência directa da guerra, como mortes, raptos, abusos, a perda de bens materiais, a violência da fuga, a discriminação e humilhação que sofrem por serem pessoas deslocadas, a corrupção na distribuição das ajudas, etc. No entanto, analisando mais atentamente os discursos destas mulheres, pudemos perceber o quanto vários tipos de violência (que impactam especificamente as suas vidas e que se reforçam umas às outras) atravessam as suas experiências de vida antes e durante o conflito, violências essas que são, muitas vezes, descartadas como tal ou naturalizadas/normalizadas (desavenças entre casais, violência física, alcoolismo dos maridos, a recusa em partilhar os rendimentos, abandono de lar, poligamia, etc).

Dentro deste tema, também percebemos algo curioso em relação às uniões prematuras: existe, no discurso destas mulheres, uma negação da sua existência. Há um maior conhecimento e entendimento, não só por parte das mulheres, mas dos homens também, acerca dos discursos e informação disseminados pelo Governo e pelas OSC, nomeadamente sobre os direitos das mulheres e a violência baseada no género. Ou seja, sabem o que é entendido como nocivo no que diz respeito a práticas sociais e culturais. No entanto, esse conhecimento de maneira geral fica na base do discurso, não se percebendo grandes alterações na prática ou uma evidente diminuição dos casos de violência a que as mulheres estão sujeitas, assim como de práticas sociais e culturais nocivas. Isso mostra que há algo que claramente não está a funcionar e precisa ser revisto, para que estas iniciativas realmente produzam efeito.

6. Impacto cultural e religioso-espiritual do conflito nas mulheres deslocadas

As dimensões culturais, religiosas e espirituais, extremamente importantes na vida quotidiana das pessoas, foram brutalmente afectadas e interrompidas pelos ataques às aldeias e pela fuga da população. A interrupção das rezas e de cerimónias tradicionais diversas, a distância das árvores tradicionais e dos antepassados, o incumprimento de ritos de passagem e de cerimónias de falecimento, o uso de ervas tradicionais que não se encontram nos locais actuais, a interrupção de tratamentos com médicos tradicionais ou curandeiros e a dificuldade de encontrar outros (e de pagar as consultas) são algumas das práticas que sofreram com o deslocamento das pessoas. No entanto, esta é uma área que tem sido pouco explorada e que tem suscitado pouca atenção por parte de, não só pesquisadores, mas também de actores que prestam apoio a esta população (MULEIDE, 2021). É um aspecto da vida das mulheres que merece uma atenção especial, principalmente por serem dimensões de extrema importância nas suas vidas, mantendo os seus laços com os lugares de origem e uma ligação com os seus espíritos e antepassados, promovendo processos de relaxamento e de cura e ainda possibilitando um sentido de normalidade nas suas vidas já tão em suspenso.

7. Percepções sobre o desempenho das Forças Armadas

A relação entre as forças governamentais e a população nunca foi pacífica e harmoniosa, estando marcada por sentimentos e atitudes negativas, nomeadamente de descrença/suspeita, tensão e violência, o que foi agravado pela intensificação dos ataques. Relatos de agressões a civis, intimidações, exigência de documentos de identificação, imposição de recolher obrigatório, espancamentos aleatórios, assassinatos, prisões arbitrárias (com direito a chantagem e extorsão), roubos a residências e lojas comerciais (saques) após os ataques, violações sexuais e agressões violentas contra mulheres e raparigas (um claro abuso e proveito da relação assimétrica entre homens fardados e armados e mulheres e raparigas indefesas), têm sido amplamente divulgados e analisados (Feijó, 2021; Amnistia Internacional, 2021).

A falta de experiência no terreno, o mau preparo e ainda o mau equipamento das FADM são alguns dos factores que ajudam a explicar a sua má actuação (Feijó, 2021; Amnistia Internacional, 2021), não lhes permitindo ter capacidade de resposta adequada a um conflito violento. Nos grupos focais e nas entrevistas individuais, as mulheres e homens tocaram bastante neste aspecto:

As pessoas também não confiam nas forças armadas porque estes não garantem segurança e eles também contribuem para a deterioração da situação (Chefe de família acolhedora, Pemba, 2021).

No que diz respeito ao trabalho das forças estrangeiras que chegaram em meados de 2021 para reforçar o trabalho de defesa e segurança, estes foram amplamente elogiados, nomeadamente os ruandeses (também estão no terreno as tropas da SADC). As pessoas referem que:

Nota-se uma diferença maior na qualidade de actuação das forças estrangeiras. Elas são experientes e trazem melhores resultados (Activista e Chefe de Unidade, Pemba, 2021).

8. Conflitos e Solidariedades "invisíveis" resultantes da deslocação forçada

Num curto tempo de espaço, o deslocamento forçado gerou vários fluxos migratórios e pressões demográficas nos distritos e localidades que se tornaram os principais destinos de acolhimento. É importante lembrar que, entre 2019 e Dezembro de 2021, num período de apenas 3 anos, foram registadas oficialmente pelas Nações Unidas 856 000 pessoas deslocadas internamente, das quais 414 273 são crianças (OSCHA, 2021).

Os desastres naturais que assolaram a província no mesmo período também contribuíram para os fluxos migratórios. Os principais movimentos populacionais deram-se dentro da província de Cabo Delgado (102 localidades), seguida pelas províncias de Nampula (36 localidades), Niassa (9 localidades) e Sofala (2 localidades) (OIM, 2021).

Actualmente, 83% das pessoas internamente deslocadas vivem em “aldeias acolhedoras” - extensões de aldeias existentes onde se foram alojando, e 17% concentram-se em “centros de acolhimento” ou “campos de reassentamento” (OIM, 2021).

Estas movimentações migratórias massivas na província geraram novas configurações demográficas e relações sociais entre as pessoas deslocadas e as pessoas consideradas locais, entre as pessoas deslocadas e as famílias de acolhimento, entre as pessoas deslocadas e as lideranças locais, e também novas relações entre os diferentes grupos étnicos, que foram analisadas sob uma lente interseccional e de género.

Nesta secção pretendemos analisar as percepções das mulheres e compreender como elas têm sido impactadas de formas diferenciada no âmbito destas novas relações que surgiram em função da deslocação forçada e consequente transformação demográfica, sobretudo num contexto de grande desigualdade estrutural e elevada privação de recursos, bens e serviços.

Observamos não apenas novos desafios, disputas e conflitos sociais com o potencial de fragilizar ainda mais o tecido e a coesão social, mas também movimentos locais e relações de solidariedade que precisam ser destacadas. Assim, nesta secção iremos abordar 1) “conflitos e discriminações invisíveis” e também 2) “solidariedades invisíveis”.

Neste momento, não só entre deslocados e os naturais, mas mesmo entre deslocados, existem conflitos. É porque aqui existe mais essa coisa de dizer eu sou de Mocímboa, sou Mwani. Eu sou de Mueda, sou Makonde. Então, há sempre choques nesses momentos, principalmente quando é tempo de distribuição de alimentos. (...) E também os nativos, já também estão a dizer “vocês têm benefícios e nós não”. Então, até cediam terra para fazer machamba, mas agora para os deslocados terem terra para fazer machambas tem que comprar. Dizem “não, você tem dinheiro”. E nas fontes de água, esse momento aqui, nós acompanhamos isso, que quando vão para lá, primeiro são os nativos que tiram água. Esses deslocados podem ir lá muito cedo sempre como aqui é bicha nesse momento, então, eles não deixam, até dizem se você quer tirar água

*agora tem que tirar 5 meticais para esse balde, 10 meticais para aquele balde.
(...) Mesmo o próprio governo, conhece isso (Colaboradora de OCB, Montepuez).*

8.2 Conflitos Invisíveis

Através das entrevistas realizadas, foi possível compreender que os conflitos entre pessoas “deslocadas” e “nativas”, que decorre em torno da disputa por recursos para (sobre)vivência quotidiana, incide com maior intensidade sobre as mulheres. Isto porque, de acordo com os papéis tradicionais de género, as mulheres são as principais responsáveis por aceder e prover os recursos para a gestão diária da vida das famílias: terra, alimentação, lenha, água, etc. Ao mesmo tempo, estas disputas são em muitas situações atravessadas por um sentimento de exclusão e discriminação marcado por diferenças étnicas, que impactam também a convivência entre as pessoas deslocadas de diferentes origens e etnias.

A disputa por terra e água

- ❖ Para as mulheres deslocadas acederem a terra ou aos seus recursos como os produtos agrícolas, a lenha, e água sido obrigadas a pagar; e são acusadas de roubo muitas vezes;
- ❖ As mulheres “nativas” reflectem que sua produção agrícola ficou afectada pelas mulheres deslocadas: *Elas se apoderaram das nossas terras. Estamos aflitas. Porque nós vivemos à base da produção. Conseguir vender para dar vestuário aos nossos filhos. Mesmo lá longe, apoderaram-se das machambas.* (Grupo de Mulheres Nativas, Nacaca, 2021)
- ❖ Atribuição de espaços para cultivo às famílias deslocadas, gerida pelo governo local, sem consulta ampla às pessoas nativas usuárias das mesmas terras, é um factor importante nas disputas. Isto uma fonte de tensão permanente sobre as mulheres tanto deslocadas como oriundas das localidades visitadas. É possível perceber que os processos de atribuição de terra (no âmbito dos reassentamentos dos IDPs) não têm sido realizados a partir de um envolvimento, organização e preparação das comunidades, para o efeito.
- ❖ A recolha, sobretudo de lenha para cozinhar, também tem gerado tensões: em muitos dos grupos focais, as mulheres relataram que as famílias deslocadas são impedidas de cortar lenha nas redondezas das aldeias de acolhimento ou são obrigadas a pagar: *Nem podem entrar na mata para cortar a lenha, provocam problema. Os deslocados devem pagar aos nativos. Uma pessoa cortou lenha para fazer carvão e um saco foi para pagar* (Entrevistado, Pemba, 2021).
- ❖ Esta situação repete-se no acesso à água, um problema estrutural que já afectava a população residente e que se agrava com o aumento da demanda.

Discriminação no acesso a serviços de educação e saúde

Para além das disputas por recursos fundamentais, existem outras formas de exclusão e discriminação recorrentes que vêm sendo reportadas e foram abordadas na secção sobre o acesso a serviços de saúde e educação, tais como situações de violência obstétrica contra mulheres deslocadas, casos de discriminação e bullying de crianças deslocadas na escola pela falta de condições de vestuário.

Há pessoas que não deixam as nossas crianças brincar. As crianças vão à escola e choram porque sofrem insultos por parte dos outros alunos, porque têm roupas rasgadas (Grupo Focal de Mulheres, Metuge, 2021).

Estas formas de discriminação no acesso quotidiano aos serviços, acrescentam a estas tensões e conflitos sociais e propiciam o sentimento de não-pertença aos locais em que as pessoas deslocadas estão sendo acolhidas.

Discriminação nas famílias de acolhimento

Durante o trabalho de campo, foram partilhados alguns relatos de maus-tratos a crianças e raparigas em famílias de acolhimento, que são submetidas a trabalhos forçados, sobrecarga de tarefas domésticas, privação de alimentação, exposição a violência verbal, psicológica e física. Esta vulnerabilidade das crianças e raparigas aumenta quando possuem alguma doença crónica ou deficiência que demanda cuidados diferenciados.

Muitas crianças pequenas passam o dia na rua, porque lá onde ficam com a tia ou tio não comem e sofrem maus-tratos. Não surgiu nenhuma ONG para ver a questão específica das crianças órfãs. Acção Social pouco tem feito (Colaboradora de plataforma distrital da sociedade civil, Montepuez, 2021).

Desafios gerados pela exclusão das pessoas “nativas” nos programas de apoio

A percepção de que apenas os problemas das pessoas deslocadas são ouvidos e que elas recebem apoio, enquanto os problemas da população nativa são negligenciados gera desafios nos modelos de assistência e intervenção junto às comunidades. As mulheres “nativas” relatam também que foram profundamente impactadas pelo conflito e deslocação forçada, e sentem que nem sempre há um reconhecimento da sua contribuição para acolher as pessoas deslocadas.

Quando as deslocadas têm problemas, quando elas colocam os problemas, logo são resolvidos. Assim agradecemos muito porque com a chegada dessas deslocadas já temos água apesar de não ser suficiente, e já tem escola e unidade sanitária, estas coisas só vieram com as deslocadas, apesar de não termos energia e da escola não estar bem feita. Outra coisa: quem são as responsáveis delas (as nativas) não terem energia e não terem chapas são as próprias deslocadas, as Mwanis, que disseram para as pessoas que estão a ajudar que

não podem trazer energia e nem chapa porque já estão para voltar para a sua terra natal, se não são as donas da aldeia que vão ficar a utilizar (Grupo de Mulheres Nativas de Nacaca, Montepuez, 2021).

Desvio de donativos e cheques de alimentação

Outra fonte de tensão que foi regularmente partilhada nos grupos focais foi o desvio de donativos e cheques de alimentação.

A listagem para beneficiar do apoio olha mais para questões de familiaridade, isto é, quando o apoio chega, primeiro canalizam para as famílias dos líderes (Grupo Focal de Nacaca, Montepuez, 2021).

Discriminação por suspeita de envolvimento com os insurgentes

Algumas mulheres deslocadas também descreveram o cenário de desconfiança que enfrentam, sobretudo mulheres cujos parentes, maridos e filhos foram capturados pelos insurgentes. Existe por vezes a percepção de que podem ter alianças e contacto com os insurgentes e de que, de alguma forma, estão a contribuir para o conflito: *De forma geral, nós deslocadas não somos respeitadas. As nativas culpam-nos pelo conflito que está a acontecer em Cabo Delgado alegando que fomentamos a guerra*” (Grupo Focal de Mulheres de Cuaia, Metuge, 2021).

8.2 Solidariedades Invisíveis

Nesta conjuntura de grande tensão e conflitos sociais multifacetados, é preciso destacar também movimentos locais e laços de solidariedade que foram construídos. Uma grande parte das pessoas deslocadas encontram-se em famílias ou aldeias de acolhimento, o que significa que houve uma grande mobilização local para acolher estas pessoas e dividir os seus espaços, bens e recursos. Tanto quanto ou mais do que qualquer intervenção humanitária ou resposta institucional, são estas iniciativas locais de acolhimento que salvaguardam o atendimento das necessidades mais imediatas das pessoas deslocadas, à medida que chegam. Estas histórias e narrativas precisam ser destacadas como exemplos de promoção da paz, de entreajuda, de afecto e de defesa dos direitos humanos. Várias destas iniciativas de solidariedade, a nível da província, foram também conduzidas por mulheres que se organizaram colectivamente e individualmente para apoiar as pessoas deslocadas. Em alguns casos, estes movimentos de apoio às pessoas deslocadas geraram associações locais que estão em processo de institucionalização e que buscam realizar acções que vão desde apoio à geração de rendimentos, até ao suporte e apoio emocional.

Todas acolhemos alguém. Até outras de nós saímos de dentro de casa para dormir lá fora e deixar elas [deslocadas] dormir lá dentro. Porque outras tinham gravidez, outras estavam doentes e nós dormíamos lá fora para dar espaço às deslocadas (Grupo de mulheres nativas de Nacaca, Montepuez, 2021).

Nós também sofremos. Sofremos porque acolhemos aqueles que vieram. A dona da casa só tinha o rancho dela, não contava com aquele número. (...) Dormimos junto com a família, netos numa casa. Naquela casa, apoiamos as nossas companheiras. (...) Se morrer uma pessoa ajudamos juntos, se adoecer uma pessoa, ajudamos juntos. Não podia dizer que o sofrimento é só teu. Desde que vieram, sofremos. E para diminuir isso também criamos uma associação das mulheres. (...) só que agora não tem fundos (...) Juntamos, chamamos Humla Watiana: o choro das mulheres, em macua Humla Watiana. (...) É uma mistura [de mulheres deslocadas e de Pemba]. (Líder de OCB, Pemba, 2021).

Conclusões e Recomendações chave no âmbito dos Conflitos e Solidariedades “Invisíveis”:

- ❖ Estes conflitos e tensões sociais afectam as mulheres de forma diferenciada e colocam nelas enormes pressões. O papel minimalista e/ou ausente do governo na gestão dos conflitos e tensões quotidianas, gera nas pessoas o sentimento de que os mesmos têm pouca relevância e pode vulnerabilizar alguns grupos que não estão representados pelas lideranças locais, que são as principais interlocutoras das famílias deslocadas.
- ❖ Necessidade de que as intervenções em Cabo Delgado acautelem as questões geradas por este conflito, e incluam ferramentas e abordagens para a promoção da paz, prevenção e resolução de conflitos comunitários agravados e gerados pela deslocação forçada, olhando para as causas estruturais e envolvendo igualmente os provedores de serviços públicos e outras entidades governamentais.
- ❖ Campanhas sobre contra formas de discriminação das pessoas deslocadas internamente, divulgação das leis e dos direitos das pessoas deslocadas internamente (PDIs) a todos os actores-chave da sociedade são fundamentais, bem como a promoção da diversidade étnico-religiosa e solidariedade. Ainda, a resolução de alguns destes conflitos passa igualmente pela necessidade de expandir os serviços sociais básicos através de brigadas móveis e formas alternativas de garantir o acesso em condições de emergência, e geração de oportunidades equitativas de geração de rendimento.
- ❖ Mapear e documentar as histórias e iniciativas locais de solidariedade como exemplos e referências de promoção da paz, de entreaajuda, de afecto e de defesa dos direitos humanos.
- ❖ Estes micro-conflitos que vêm recrudescendo, a luta pelo acesso a recursos naturais (terra e água sobretudo) entre populações nativas e deslocadas, podem ser um factor de manutenção e ampliação do extremismo violento.
- ❖ Estratégias e espaços de promoção de paz comunitária (ex. Clubes de Paz) devem estar articulados com as estratégias e espaços de Gestão Comunitária de Recursos Humanos (ex. Comitês de Gestão de Recursos Naturais) e a Agenda de Paz, Mulher e Segurança. Esta questão será também aprofundada nas secções seguintes.
- ❖ Os desafios e necessidades das famílias de acolhimento e comunidades “nativas” devem ser considerados pelos programas de apoio humanitário e desenvolvimento, e estes actores devem ser envolvidos dos vários processos e programas de desenvolvimento e reconstrução.

PARTE 2

1. Participação das Mulheres e Sociedade Civil no âmbito da Paz, Segurança, Resposta Humanitária, Desenvolvimento e Reconstrução em Cabo Delgado

Nesta secção, analisamos os espaços e mecanismos de diálogo e tomada de decisão existentes, que permitem a participação das comunidades, mulheres e deslocadas e população em geral no âmbito dos processos de Paz, Segurança, Resposta Humanitária, Desenvolvimento e Reconstrução. O estudo completo traz igualmente, uma análise de alguns instrumentos normativos e estratégicos-chave, tais como o Plano de Reconstrução e a Agenda e Plano Nacional de Mulher, Paz e Segurança.

1.1 Agenda da Mulher, Paz e Segurança em Moçambique (Breve Histórico, Quadro Normativo-Legal e Desafios)

Considerando o actual conflito armado na província de Cabo Delgado, é possível afirmar que Moçambique experienciou até ao momento quatro grandes conflitos armados e três processos que resultaram em Acordos formais de Paz. Historicamente, embora as mulheres tenham sempre tido um papel muito relevante de pacificação e reconciliação a nível comunitário no país, estudos recentes (ASF, 2018; García, 2022) revelam que os vários processos de construção de paz em Moçambique foram caracterizados pela marginalização da participação das mulheres em todos os níveis e áreas da negociação, tais como a questão da gestão do desarmamento, desmobilização e acções de reintegração, sendo que nenhum dos acordos formais de Paz faz menção a questões de género ou questões relativas à mulher no âmbito dos conflitos.

Esta exclusão da mulher nas decisões relativas à construção da paz teve importantes implicações de género no formato dos acordos de paz, que excluíram temas relativos ao impacto e reparação das violências sofridas pelas mulheres, suas aspirações e necessidades nos processos de reconstrução socioeconómica e reintegração social. Ainda, a opção por leis de amnistia após os conflitos, também fez com que questões relativas à punição de crimes de guerra baseados no género não fossem levados à justiça, e processos de reparação de mulheres sobreviventes dos conflitos fossem completamente negligenciados. Outras questões, como a reforma do sector de segurança, também não mereceram uma abordagem de género. Isto indica que é preciso uma mobilização e preparação grande desde já tanto por parte da sociedade civil como do governo para que construção efectiva da paz, tenha não apenas a participação das mulheres, mas seja responsiva às formas diferenciadas de como conflito impacta as mulheres e homens.

Quadro Normativo-Legal

O continente africano foi um espaço fértil e pioneiro na discussão e construção de recursos normativo-legais sobre Mulher, Paz e Segurança, como resultado de demandas de organizações e movimentos feministas e pelos direitos das mulheres no continente e no mundo. O estudo completo traz

uma análise do quadro normativo-legal em relação à paz, e apresenta críticas feministas em relação a alguns dos principais instrumentos normativos, que serão aqui partilhados de forma sintetizada.

Regional e Internacional

1) *Declaração de Windhoek e o Plano de Ação de Namíbia – Terceira Conferência Mundial sobre a Mulher (Namíbia, 1985)*

2) *Plano de Acção de Kampala sobre Mulheres e Paz - Congresso Regional de Mulheres e Paz (Uganda, 1993)*

3) *V Congresso Regional da Mulher Africana em Dakar (Senegal, 1994)*

*Estes 3 instrumentos mostram África como um continente pioneiro em questões ligadas à Mulher, Paz e Segurança - destacam a necessidade de assistência adequada às mulheres refugiadas e pessoas deslocadas internamente, o reconhecimento do impacto dos conflitos armados nas mulheres e raparigas e acções de inclusão da mulher nos processos de tomada de decisão relacionados à prevenção, resolução e gestão de conflitos ou em iniciativas de construção da paz.

4) *Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000)*

*Resolução 1325 reconheceu, por um lado, que as mulheres são afectadas de forma diferenciada pela guerra e que a violência sexual é um crime contra a humanidade e deve, portanto, constituir um elemento crucial nas agendas de construção de Paz e, por outro lado, desafia os Estados a comprometerem-se com a inclusão e participação das mulheres em cargos de poder e fóruns de decisão em relação à prevenção e resolução de conflitos e outros temas afins.

5) *Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África (SDGEA): “Garantir a participação e plena representação e eficácia das mulheres nos processos de paz, incluindo a prevenção, resolução, gestão de conflitos e reconstrução pós-conflito em África como conforme estipulado na Resolução 1325 das Nações Unidas (2000), e também nomear mulheres como enviadas especiais e representantes Especiais da União Africana”*

6) *Política de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito (União Africana, 2006)*

7) *Convenção de Kampala ou Convenção para a Protecção e Assistência de Deslocados Internos em África (2009)*

8) *Arquitetura Africana de Paz e Segurança (APSA) (União Africana, 2015)*

9) *Rede de Mulheres Africanas para Prevenção e Mediação de Conflitos (FemWise-Africa) (União Africana, 2017)*

10) *Marco de Resultados Continentais (2018-2028): que tem por objectivo acompanhar a agenda da Mulher, Paz e Segurança em África*

11) *Planos Nacionais de Acção sobre a Resolução 1325*

12) *Estratégia Regional sobre Mulher, Paz e Segurança (SADC, 2018-2022)*

Nacional

13) *Plano Nacional de Acção sobre Mulheres, Paz e Segurança (2018-2022)*

14) *Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos (PEGDI), Resolução nº 42/2021.*

Apesar deste quadro legal, entre 1992 e 2019, a nível global apenas 13% das mulheres participaram como negociadoras, 6% como mediadoras e 6% como signatárias da maior parte dos processos de paz a nível mundial. Estatísticas globais indicam que 1 em cada 5 mulheres refugiadas ou deslocadas sofre violência sexual (Hendricks, 2020).

Principais críticas feministas à Resolução 1325 e à Agenda de Mulher, Paz e Segurança

Uma das principais críticas feitas por diferentes escolas feministas, diz respeito à erradicação da proposta de desmilitarização e acções de carácter antimilitarista da Resolução 1325, como combate ao comércio de armas e outras estruturas económicas e políticas patriarcais e de privilégio masculino que se alimentam estruturalmente da guerra e que, inclusive, eram questões que constavam de documentos anteriores, tanto do continente africano como das Nações Unidas durante a década de 90. Segundo alguns autores (García, 2022), a crítica explícita entre militarismo e masculinidade foi transformada em apelo à participação da mulher e à perspectiva de género nas forças e órgãos de segurança e defesa.

Neste sentido, o papel do homem e das masculinidades que estão por detrás dos poderes envolvidos nos conflitos armados são negligenciados. Para algumas analistas, este ponto faz com que a Resolução 1325 sirva para manutenção dos poderes e estruturas sobre os quais as guerras prevalecem e destacam por isso a necessidade, não apenas da perspectivas de género, mas de análises críticas sobre quais perspectivas são integradas e aceites institucionalmente, e que modelos de paz e desenvolvimento pós-conflito são adoptados e a partir de que visões (García, 2022; Mcleod, 2011).

Outra crítica importante é feita à linguagem patriarcal da ONU, que se pode aplicar também à linguagem comum de muitas OSCs no panorama nacional, que se reflecte na associação persistente de Mulheres com Crianças e Jovens, que reforça uma lógica de infantilização e de “fragilidade” das mulheres (Sheperd, 2017; García, 2022). Tal está também associado a um discurso que tende a ser binário e a reproduzir essencialismos em torno da mulher como “vítima”, embora os discursos mais recentes tenham maior cuidado em enfatizar a agência e o papel proactivo das mulheres, que em contextos de extrema insegurança e trauma buscam soluções inovadoras para prover para as famílias e mediar conflitos quotidianos.

Para Garcia (2022), também continua a ser importante desconstruir a associação entre género e mulheres, e esclarecer género como uma construção social de relações de poder, que deve ser compreendida a partir de um olhar *interseccional* que cruza género com classe económica, raça, etnia, orientação sexual e outras categorias relevantes para cada conjuntura local. Esta *interseccionalidade* não se vê presente em muitos dos discursos e instrumentos normativos, e falha em compreender as hierarquias e factores de exclusão. No âmbito desta pesquisa sobre Cabo Delgado, é muito importante destacar a não homogeneidade das mulheres que contribuíram para este estudo. Embora

maioritariamente provenientes das zonas rurais, as suas diferentes etnias e religiões, bem como actividades económicas, são importantes para a compreensão das diferentes visões e necessidades que elas partilharam.

Por fim, é importante destacar a necessidade de uma compreensão sobre a “colonialidade de poder” implicada na Agenda de Mulheres, Paz e Segurança que, segundo alguns especialistas, acaba por ser caracterizada por programas de paz marcadamente liberais, caracterizados por serem construídos maioritariamente de cima para baixo, com estabelecimento de relações muito desiguais entre os especialistas estrangeiros e as pessoas afectadas pelo conflito, que tem poucos espaços de intervenção, fraco poder económico e político, o que mais adiante se confirma nas falas de várias entrevistadas no âmbito desta pesquisa. Neste sentido, alguns autores mencionam a importância de descolonizar as Agendas Nacionais de MPS, de modo a não replicar as hierarquias globais/coloniais/patriarcais de poder.

Desafios Gerais para aplicação da Resolução 1325 e da Agenda Mulher, Paz e Segurança

À luz destas críticas, é importante destacar igualmente alguns desafios gerais na operacionalização da Agenda de MPS/Resolução 1325, que terão relevância para a compreensão dos obstáculos mais específicos e localizados no contexto de Moçambique (Garcia, 2022), que seguem abaixo:

- ❖ Diferentes análises e estudos mencionam que os Planos de Acção dos Países Pós-Confito reflectem mais a agenda internacional e acabam por não trazer as especificidades concretas dos processos e dinâmicas dos conflitos locais, resultando em acções genéricas com enquadramento difícil localmente;
- ❖ Destaca-se também a natureza burocrática e tecnocrática dos Planos de Acção e a ausência de objectivos e dados claros, o que torna os mesmos difíceis de ser aplicados, monitorados e avaliados;
- ❖ Um desafio recorrente é a falta de recursos financeiros suficientes, por parte das Instituições Estatais e também por parte de algumas organizações da Sociedade Civil, para sua implementação;
- ❖ Outro aspecto diz respeito à falta de mecanismos de prestação de contas regulares por parte das instituições do Estado para com os cidadãos;
- ❖ Há também críticas à falta de liderança e vontade política e à interpretação limitada desta Agenda por parte dos Governos, que gera um fosso entre o discurso e a prática, à falta de priorização na alocação de recursos humanos e materiais para cumprimento da Agenda;
- ❖ Ainda, a participação existente tende a concentrar-se no número de mulheres em processos de paz e a tratar a participação de mulheres como sinónimo de uma abordagem de género;
- ❖ Em muitos contextos, o aumento da presença de mulheres no sector da segurança não se traduz necessariamente na prevenção ou protecção contra a violência sexual em situações de conflito;
- ❖ Embora as formações em gestão e mediação de conflitos seja relevante, isto não levará automaticamente as mulheres à mesa de negociações de paz formal, porque outras dinâmicas de poder e critério podem estar implicadas, que vão além das competências técnicas.

1.2 Participação das Mulheres e Sociedade Civil na Plataforma Mulher, Paz e Segurança e na Agenda Mulher, Paz e Segurança em Cabo Delgado e Moçambique

No contexto da participação formal da mulher na temática de Paz e Segurança, Moçambique conta com uma Agenda da Mulher, Paz e Segurança, materializada no Plano Nacional de Acção sobre Mulheres, Paz e Segurança (2018-2022), como principal instrumento nacional para inclusão das mulheres nos vários processos de resolução de conflito, desmilitarização, reconstrução social e económica e promoção de uma cultura de não violência e paz. Para facilitar a coordenação e operacionalização deste plano, foi instituída a Plataforma Mulher, Paz e Segurança, que em Cabo Delgado é secretariada pelos Serviços Provinciais de Assuntos Sociais e Género. No entanto, as entrevistas aos vários actores-chave da sociedade civil nacional e local, e mesmo de Agências Internacionais, revelam uma fraca disseminação do documento, conhecimento sobre o papel da Plataforma e pouco domínio sobre a aplicação e utilidade do Plano Nacional de Acção, sobretudo para fazer face ao actual contexto de conflito armado na província de Cabo Delgado. O Plano é de difícil acesso, inclusive na internet, e relatórios anuais sobre o progresso do mesmo não estão disponíveis nos repositórios públicos online (sites governamentais).

O Plano Nacional de Acção sobre Mulher, Paz e Segurança (PNAMPS), em alinhamento com o quadro normativo internacional e da SADC, foca em três grandes objectivos: 1) Integrar a perspectiva de género em todas as acções e estratégias de prevenção, mediação e resolução de conflitos; 2) Garantir a participação das mulheres nas estruturas de tomada de decisão nos processos de paz e segurança e 3) Eliminar a violência sexual e de género em situações de conflito e paz. De modo geral, o PNAMPS enfatiza 3 grandes dimensões de intervenção: a) prevenção; b) participação, 3) protecção. Contudo, o plano exclui aspectos ligados aos direitos económicos e socioculturais (Garcia, 2022) e possui acções generalistas, que reflectem pouco as necessidades e barreiras locais, bem como as dinâmicas do actual extremismo violento que o país enfrenta. Para a realização deste Plano de 5 anos, estavam previstos 1,5 milhões de euros, um valor considerado relativamente baixo face a outras áreas de investimento social (Garcia, 2022).

É importante ressaltar o esforço da sociedade civil e das mulheres para organizarem-se e participarem da construção desta Agenda de Paz e Segurança no país, que pode ser evidenciado no Acampamento Solidário Internacional de Mulheres, Paz, Segurança e Empoderamento Económico, realizado em 2018 (Gorongosa, Sofala). O evento resultou numa declaração, na qual se destacou a importância dos direitos económicos e socioculturais e a sua ausência no actual Plano Nacional. Reforçou-se ainda a necessidade de apoio psicossocial para as mulheres e a inclusão das mulheres nos planos governamentais de reconstrução pós-conflito, bem como a necessidade de capacitações em matérias de paz e segurança. Esta declaração destacou também a necessidade de formações profissionalizantes para empoderamento económico e mecanismos de compensação e indemnização às mulheres afectadas por conflitos, entre outros aspectos (Garcia, 2022).

Contudo, de acordo com o estudo de Garcia (2022), todas estas questões não foram incorporadas no PNAMPS (2018-2022), revelando também que este Plano não passou por um exercício participativo amplo, sobretudo no nível local, incluindo com OCBs e pequenos colectivos de mulheres, o que também contribui para o desconhecimento generalizado ou domínio superficial desta Agenda, como revelou o trabalho de campo no âmbito desta pesquisa. Há também desafios na representatividade e participação directa das organizações mais pequenas, sobretudo as que não estão sediadas em Pemba, o que resulta

no privilégio de certas organizações nacionais que são tidas como interlocutoras das OCBs em outros distritos.

Uma das entrevistadas (colaboradora de uma OSC baseada em Pemba), acrescentou que os encontros da Plataforma ainda não têm acontecido com regularidade e que não há uma presença directa das mulheres deslocadas nesta plataforma devido a múltiplos factores impeditivos. Por um lado, a participação das mulheres exige acesso à informação sobre os espaços e canais de participação, mobilização e organização, e por outro lado são necessários meios e recursos para que as mulheres deslocadas possam canalizar e/ou apresentar directamente as suas necessidades, prioridades e aspirações. Isto permitiria o exercício da sua agência e poder cívico-político. Contudo, esta participação não poderá estar desvinculada das necessidades reais do seu quotidiano. Neste sentido, é preciso contemplar abordagens integradas de resposta humanitária-engajamento cívico para fazer face a uma das críticas que é apresentada, e que diz respeito ao facto da Agenda MPS ignorar os factores socioeconómicos, culturais, religiosos, fraca escolaridade e insegurança física, como elementos que impedem a participação das mulheres nos processos e espaços relativos à Paz, Segurança e Reconstrução e negligenciar a necessidade de criação de condições práticas para participação efectiva das mulheres. Assim, é preciso considerar os riscos e ameaças específicas à participação e a representação política de mulheres nos mais diferentes níveis, sobretudo em contexto de extremismo, violência e alta insegurança e desconfiança política, garantindo a protecção de mulheres defensoras dos direitos humanos e lideranças femininas, actuando nos processos de paz e reconstrução e apoio às pessoas deslocadas.

Por exemplo, espaços como os Clubes de Paz, que vêm sendo promovidos por alguns projectos em Cabo Delgado, os Espaços Seguros da Mulher, o Mecanismo Multisectorial de VBG a nível distrital e provincial e outras instâncias comunitárias e provinciais de canalização, mediação e resolução de conflitos a nível local, bem como o grupo temático de Género da FOCADE no âmbito provincial, Plataforma da Sociedade Civil sobre os Recursos Naturais, representam alguns dos espaços relevantes que não estão a ser articulados com a Plataforma de MPS a nível provincial. Construir mais oportunidades de articulação e ligação entres espaços e fóruns é crucial para a construção de agendas mais integradas de advocacia, e seria relevante para potencializar os mecanismos já existentes de participação nesta Agenda de MPS. A multiplicidade de espaços formais também corre o risco de gerar um desgaste e uma perda de energia por parte das organizações locais que possuem recursos humanos e financeiros muito limitados para participar e para mobilizar a participação de mulheres nos vários fóruns. Ainda, é preciso avaliar como ligar espaços institucionalizados, como Conselhos Consultivos Distritais, Comitês Comunitários (ex. de Saúde, Recursos Humanos, etc.) e mesmo as Assembleias Provinciais à Agenda de MPS.

Para concluir, o fim do PNAMS (2018-2022) está previsto para breve e será crucial que a sua avaliação e revisão constituam um importante momento de advocacia para garantir que o novo plano seja elaborado através de processos verdadeiramente participativos e que propiciem o engajamento e empoderamento das mulheres deslocadas.

De forma sistematizada, seguem as principais constatações e desafios, que se encontram aprofundados no estudo completo:

- ❖ Fraca disseminação do PNAMPS
- ❖ Fraco conhecimento sobre o papel da Plataforma e pouco domínio sobre a aplicação e utilidade do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, sobretudo para fazer face ao actual contexto de conflito armado na província de Cabo Delgado, tanto por parte dos actores estatais como SC
- ❖ O PNAMPS não passou por um exercício participativo amplo junto à Sociedade Civil
- ❖ O PNAMPS (2018-2022) não foi cumprido, “*somente de forma dispersa e insuficiente se realizaram algumas actividades*” (WLSA, 2021), sobretudo por parte das OSCs. O estudo evidencia ainda que, apesar das suspeitas de violência sexual contra mulheres cometidas pelas Forças de Defesa e Segurança, desconhecem-se os processos e resultados de investigação.
- ❖ Falta de recursos financeiros e humanos para cumprimento da Agenda
- ❖ Fraco mecanismo de prestação de contas regulares por parte das instituições do Estado para com os cidadãos relativamente ao PNAMS;
- ❖ Pouca capacitação na matéria de Paz, Mediação e Resolução de Conflitos
- ❖ Fraca representatividade e participação directa das organizações mais pequenas na plataforma de Mulher, Paz e Segurança, e ausência de mulheres deslocadas (que precisam de ter as suas necessidades básicas atendidas e meios para participar) – o estudo aprofunda os desafios de participação.
- ❖ Falta de meios para organizar e mobilizar as mulheres deslocadas
- ❖ Ausência de uma agenda comum de advocacia das OSCs na Plataforma
- ❖ Fraca protecção de mulheres defensoras dos direitos humanos e lideranças femininas,
- ❖ Fraca integração e articulação entre os múltiplos espaços de participação formais e informais, geridos a nível comunitário, ou por organizações da sociedade civil com os espaços e mecanismos institucionais estabelecidos. – como a Plataforma de MPS se articula com clubes de Paz, Mecanismo Multisectorial de VBG, Plataforma de Gestão de Recursos Naturais, etc.
- ❖ Há falta de clareza sobre como as questões da Agenda de Mulher, Paz e Segurança são incorporadas pelos vários sectores e serviços básicos, dado que ainda não se nota uma efectiva integração e transversalização desta matéria, ficando um plano marginalizado.
- ❖ O Plano de Reconstrução de Cabo Delgado e outros Planos Provinciais e Distritais não estão articulados/alinhados devidamente com o PNAMPS

1.3 Participação das Mulheres e nos Programas e “Clusters” de Resposta Humanitária e Projectos de Desenvolvimento

Durante o trabalho de campo, foram identificadas outras questões relevantes que explicitam algumas dinâmicas e relações de poder, entre Organizações Internacionais, Nacionais e Comunitárias na província de Cabo Delgado, e que são importantes, por um lado, para compreender como melhorar a coordenação e articulação entre estas e, por outro lado, para compreender como potenciar a sociedade civil local, incluindo colectivos não institucionalizados, no avanço dos direitos das mulheres no contexto de conflito e violência extremista, e a sua participação mais ampla.

Também são exploradas algumas percepções dos actores-chave e das mulheres deslocadas sobre os programas de resposta humanitária e desenvolvimento que vêm sendo desenvolvidos na província, em

assistência às populações deslocadas. Deste modo, procuraremos também sintetizar as principais demandas das mulheres deslocadas partilhadas nos grupos focais e as principais áreas de intervenção das organizações locais voltadas para as mulheres (tanto na resposta humanitária como em outros projectos de reconstrução e desenvolvimento).

2.1 Resposta Humanitária

De modo geral, uma grande parte do financiamento de Resposta Humanitária na província, é dirigida a programas de assistência alimentar e alguns bens essenciais “salva-vidas” para as populações deslocadas. A área de educação foi dos serviços básicos com maior financiamento no âmbito da resposta humanitária. Serviços como saúde, água, higiene e saneamento tiveram comparativamente menos fundos no ano de 2021 (UNOCHA, 2021). Existem também alguns programas que têm um enfoque explícito na mulher, que se concentram na provisão de serviços “salva-vidas” em saúde sexual e reprodutiva e violência baseada no género (criação de espaços seguros, brigadas móveis de serviços de SSR e VBG) e um projecto relativo a serviços de HIV/SIDA para mulheres e crianças com menor financiamento. Outras áreas de resposta humanitária financiadas são relativas ao reforço de provisão de serviços/resposta multisectorial com enfoque às populações deslocadas; e, com menos fundos, estão presentes programas para apoio na gestão e habilitação dos centros/aldeias de acolhimento ou reassentamento, e ainda protecção contra a COVID-19. Destaca-se também um projecto dirigido a pessoas com deficiência e protecção contra abuso e exploração sexual (PAES/PSEA) (UNOCHA, 2021). Uma das constatações é que, embora vários documentos analisados e pessoas entrevistadas relatem a questão do apoio psicossocial para alívio de traumas e saúde mental como fundamental e de alta relevância, nota-se poucos fundos e projectos massivos com este enfoque específico. A questão do apoio psicossocial, como já discutido, acaba sendo um aspecto transversal aos programas, mas de algum modo secundário, e são poucos os recursos humanos e financeiros destinados para esta área.

Nas rodas de conversa com as mulheres, como mostram as secções anteriores, o principal apoio humanitário mais consistente e com maior penetração nas zonas recônditas diz respeito à assistência alimentar pelo PMA que, apesar de todos os desafios ligados à corrupção nos processos de distribuição, foi mencionada como o principal apoio recebido em todos os grupos focais. De forma sumária, para além deste apoio, a Aldeia de Nacaca, em Montepuez, beneficiou de um banco de primeiros socorros provisório, e a Aldeia de Cuaia, em Metuge, beneficiou de algumas acções ligadas à formação de mulheres activistas em matérias ligadas a VBG e Direitos Humanos e planeamento familiar por parte de uma organização local. Contudo, nas aldeias/centros visitados, outros programas de resposta humanitária e/ou mesmo projectos de desenvolvimento ainda não haviam abrangido com impacto as zonas visitadas. No âmbito da resposta humanitária, há algumas demandas levantadas como prioritárias pelos grupos focais das mulheres deslocadas, sintetizadas no quadro abaixo:

Principais Demandas das Mulheres Deslocadas
1) Acesso à Terra para produção agrícola e Segurança Alimentar
2) Acesso a Meios e fontes de financiamento diversos para Geração de Rendimento e realização de poupanças colectivas (e formas de crédito rotativo)
3) Acesso a Habitação condigna em locais seguros e não vulneráveis a cheias, próximos a zonas de cultivo, com acesso a Água, Higiene e Saneamento Básico/Energia
4) Acesso a serviços abrangentes de Saúde (incluindo Saúde Sexual e Reprodutiva)
5) Acesso a serviços de Educação (para crianças, ensino secundário, ensino técnico profissionalizante e alfabetização de adultos) orientada para oportunidades de geração de rendimento a nível local
6) Segurança e Paz

Este quadro apresenta as 6 grandes demandas partilhadas pelas mulheres deslocadas, também discutidas em outras secções anteriores. No entanto, não se devem excluir outras necessidades e demandas específicas dos diferentes grupos de mulheres (mães, viúvas, cuidadoras de crianças órfãs, mulheres com deficiência, mulheres com doenças crónicas, mulheres idosas, etc), nem outras demandas mais amplas pela defesa dos direitos humanos das mulheres, governação e desenvolvimento. As que estão aqui apresentadas reflectem a conjuntura de grande precariedade e crise, na qual as condições básicas para auto-suficiência e segurança alimentar devem ser priorizadas, mas em simultâneo com abordagens e visões de longo prazo, que permitem o avanço dos direitos integrais da mulher nas várias esferas e áreas, em alinhamento com a materialização dos direitos humanos e direitos das PDIs. As demandas prioritárias das mulheres dizem sobretudo respeito a actividades para sustentabilidade/sustento da vida, orientadas para a criação de oportunidades de auto-suficiência e autonomia, incluindo acesso à terra, habitação, financiamento e recursos materiais para geração de rendimentos que irão beneficiar as famílias e comunidades de modo geral, a longo-termo.

Neste sentido, é importante referir que uma das principais constatações do trabalho de campo diz respeito ao grau de participação das mulheres deslocadas e incorporação das suas demandas, bem como o envolvimento e coordenação com organizações locais no âmbito dos programas de resposta humanitária na província. Apesar da legislação internacional e regional - como por exemplo a Convenção de Kampala, ractificada por Moçambique em 2017, e o Pacto dos Grandes Lagos, em 2006 - sublinharem

a necessidade de garantir o acesso à informação, consulta e participação dos PDIs em todos os processos e decisões relacionadas com a sua protecção e assistência, incluindo o desenho e a avaliação dos programas humanitários e de desenvolvimento, nota-se uma grande lacuna nesta área (AU ECOSOCC e IDMC, 2010).

Por um lado, existe um fraco conhecimento sobre a legislação específica e direitos dos PDIs por parte da sociedade civil local e dos próprios actores governamentais, assim como por parte das populações e mulheres deslocadas. Por outro lado, as organizações e agências internacionais também têm falhado no cumprimento do princípio de participação para uma resposta humanitária baseada numa abordagem de direitos humanos que privilegia o engajamento comunitário e “accountability” às pessoas deslocadas e/ou afectadas pelos conflitos (Mozambique Protection Cluster, 2021). Segundo a estratégia de Resposta Humanitária no país, os programas e “clusters de resposta humanitária” deverão integrar ferramentas e metodologias de “Accountability to Affected People”/AAP nas várias fases, desde a planificação à avaliação (Mozambique Protection Cluster, 2021). Contudo, com base no trabalho de campo, não foi possível identificar estes mecanismos de accountability/participação dos beneficiários dos programas. A nível dos centros e aldeias visitadas, e durante as entrevistas, revelou-se um desconhecimento sobre os mesmos.

De forma sintetizada, o trabalho de campo permitiu o levantamento de algumas percepções sobre os principais desafios de participação dos actores locais nos “Clusters” e outros relativos às intervenções humanitárias em Cabo Delgado, partilhadas abaixo:

- 1) Falta de domínio técnico sobre resposta humanitária/emergência a nível local; lideranças estrangeiras e fraca apropriação por parte dos actores locais; barreiras linguísticas que acabam resultando em relações mais verticais entre organizações e especialistas internacionais; desafios de tradução que geram exclusão de parceiros locais;
- 2) Acesso limitado às tecnologias e internet (encontros virtuais) por parte dos parceiros locais;
- 3) Participação limitada de alguns actores governamentais por falta de recursos; falta de clareza sobre as suas responsabilidades no âmbito da coordenação dos Clusters;
- 4) Necessidade de melhorar articulação entre o SubCluster de VBG e o Mecanismo Multisectorial de VBG, os Espaços Seguros de Mulheres;
- 5) Competição e duplicação de esforços pelas organizações internacionais e fracos mecanismos de accountability às pessoas deslocadas,
- 6) Natureza dos Modelos de Financiamento para Resposta Humanitária; elevada burocracia no acesso e uso de fundos de emergência de curta duração e fraca formação
- 7) Necessidade de fortalecer a integração de abordagens de género em outros Clusters (ex. Segurança Alimentar, WASH, etc.)

Principais Recomendações no âmbito da Resposta Humanitária

- ❖ Sociedade civil (e governo) conceberem metodologias de participação que sejam facilitadoras e encorajadoras de uma presença activa de mulheres das organizações locais;
- ❖ Dar suporte técnico e capacitação sobre os vários instrumentos jurídico-legais que protegem o DPis, sob uma perspectiva de género, para as partes interessadas do governo e parceiros da sociedade civil, para que estejam melhor preparados para defender e canalizar os interesses das pessoas deslocadas;
- ❖ É importante garantir que os DPis conheçam os seus direitos e os espaços onde podem reivindicá-los, incluindo o direito de acesso à informação, a participação em decisões e informação sobre decisões que afectem as suas vidas;
- ❖ Pressionar para a integração de mecanismos de “accountability” e partilha de informação nos diferentes espaços formais e informais, a nível comunitário, distrital e provincial;
- ❖ Mobilizar a sociedade civil local, através por exemplo do FOCADE, para construir agendas de advocacia em articulação com as organizações locais dos vários distritos e usar os Clusters como espaço crucial de advocacia, acompanhamento;
- ❖ Ampliar o acesso das novas tecnologias às OSCs locais, sobretudo as voltadas para as mulheres;
- ❖ Desafios mais estruturais e sistémicos ligados à arquitectura da ajuda internacional que vêm levantando reflexões importantes há décadas, devem ser também tema de discussões locais.

FUTURO

1. Programas de Desenvolvimento e Reconstrução

Os desafios ligados à participação e tomada de decisão por parte das mulheres (incluindo mulheres deslocadas) no desenho e avaliação de programas de desenvolvimento e reconstrução no contexto de conflito, liderados tanto pelo governo como pela sociedade civil local, assemelham-se aos desafios discutidos nas secções anteriores. Uma das críticas elementares dos movimentos feministas aos processos de desenvolvimento, diz respeito à forma como as mulheres foram - e ainda são em muitos contextos - tratadas como objectos e/ou beneficiárias passivas dos programas e políticas públicas de desenvolvimento (Aguinagua et al, 2021). Para a sociedade civil local, existe a percepção de que

Os projectos já vem escritos. Um e outro, como [designada organização internacional], manda-te ir para o local, fazer um levantamento junto à comunidade e partir daí definir os critérios e depois passamos a informação sobre o projecto: é este, o orçamento é este. Mas os projectos já vem escritos, há só uma harmonização local (Colaboradora de OSC Local, Pemba, 2021).

No que diz respeito à participação no âmbito dos programas de desenvolvimento do Governo na actual conjuntura, todas as entrevistas indicam a falta de processos verdadeiramente participativos e inclusivos. Como veremos a seguir, segundo o trabalho de campo, um dos principais instrumentos de recuperação da província, o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado das Zonas afectadas pelo Terrorismo (PRCD) para 2021-2024, que é liderado pelo Governo, mais especificamente pela ADIN, também não envolveu processos participativos amplos e inclusivos, resultando na exclusão tanto de OSCs locais e

lideranças ou entidades religiosas, como das comunidades deslocadas, marginalizando as questões específicas dos diferentes grupos, incluindo das mulheres deslocadas e suas diversas demandas. Ainda, o PRCD mostra os desafios de garantir a integração de abordagens de género e interseccionalidade no âmbito das estratégias de desenvolvimento, assim como a realização de acções intersectoriais que exigem um trabalho colaborativo, abordagens participativas que demandam mais tempo e não estão disponíveis na conjuntura actual de projectos orientados para resultados rápidos e de natureza mais quantitativa (Collet, 2022).

O Plano de Reconstrução de Cabo Delgado das Zonas Afectadas pelo Terrorismo - PCRD (2021-2024), como já referido, constitui um importante instrumento governamental de curto/médio prazo que estabelece as acções prioritárias de desenvolvimento e recuperação socioeconómica, com incidência nos distritos que sofreram ataques e destruições massivas em função do conflito armado. O PCRD tem um orçamento total de cerca de 300 milhões de USD, que visa assegurar o regresso das comunidades deslocadas às zonas de origem e prevê também acções humanitárias de assistência às PDIs. A sua operacionalização é liderada pela ADIN, em parceria com o INGC e outros sectores governamentais. De acordo com o documento, este foi concebido em consonância com a Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos para o país, que promove a *“participação activa dos diversos sectores relevantes do Governo, sociedade civil, sector privado, as agências humanitárias e parceiros de cooperação, deslocados internos, comunidades acolhedoras e as organizações comunitárias de base”* (PEGDI, 2021).

Neste sentido, a elaboração do PCRD teria constituído uma importante oportunidade de participação ampla dos vários actores-chave, agentes sociais e económicos e, sobretudo, a participação das comunidades e mulheres deslocadas e famílias acolhedoras, de forma a colocarem as suas necessidades, prioridades e visões sobre o futuro da província na actual conjuntura. Contudo, as entrevistas e trabalho de campo revelaram que o PCRD não resultou de um processo verdadeiramente inclusivo, nem garantiu a participação ampla, tanto de OSCs e OCBs locais, como das comunidades e mulheres deslocadas e famílias acolhedoras.

Expõem, também, os riscos de uma planificação e um investimento que não é articulado a partir das comunidades e das suas expectativas, sobretudo em situação de inúmeras fragilidades socioeconómicas e elevada tensão social e insegurança gerada pelo conflito. Para que este volume de investimento se faça sentir nas vidas das comunidades e na recuperação da província, é fundamental que as comunidades deslocadas e acolhedoras, assim como a sociedade civil, possa 1) conhecer, 2) rever e 3) acompanhar o PCRD, tal como preconizado na legislação.

É crucial que a sociedade civil local/nacional garanta um olhar atento sobre as necessidades específicas dos vários grupos de mulheres, homens e crianças, considerando os grupos mais vulneráveis, marginalizados e discriminados, e considerando especificamente o papel e sobrepeso da mulher na provisão e manutenção da vida das famílias e comunidades. Para tal, é preciso demandar que o governo local garanta a participação tanto das OSCs, como das comunidades deslocadas no âmbito da revisão e acompanhamento do PCRD, no Fórum Provincial de Coordenação da implementação do PRCD, e permita os necessários ajustes para que o Plano esteja alinhado com as necessidades e anseios prementes das comunidades deslocadas e, sobretudo, que haja clareza sobre como essas acções poderão ser um

contributo a longo prazo para mudanças mais estruturais que contribuam para a redução das desigualdades endémicas que caracterizam a província.

No contexto desta secção, importa referir que o plano beneficiaria de uma revisão com base numa abordagem de género que permitisse compreender como as mulheres e raparigas, e homens e rapazes, serão beneficiados no âmbito das várias acções de médio prazo e de assistência humanitária, bem como quais serão as estratégias de avanço dos direitos da mulher no âmbito do PCRD. Por exemplo, a matriz de seguimento do PCRD não apresenta alguns dados que seriam relevantes, como o número de beneficiários a serem abrangidos/as desagregados por sexo, sobretudo no âmbito de acções como a distribuição de kits de produção, insumos agrícolas e formações, de modo a melhor compreender que acções específicas estão desenhadas para promover emprego/auto-emprego e geração de rendimento para as mulheres.

Há também, por exemplo, pouco detalhe sobre a questão do acesso e redistribuição de terra para mulheres deslocadas, embora haja menção ao ordenamento territorial. Também não são mencionadas (re)compensações para os PDIs em função da perda dos seus bens pelo conflito. Igualmente, há poucas acções centradas na formação e educação de jovens e adultos, que foi uma demanda trazida nos vários grupos focais de mulheres e entrevistas a actores-chave.

De modo geral, nota-se que as abordagens do PCRD, para os diferentes sectores, têm um enfoque na recuperação e construção de infraestruturas, sobretudo nos distritos destruídos. É importante também destacar que, em termos de investimento, a principal parcela vai para a recuperação de infraestruturas (cerca de 107 milhões de USD) e para a assistência humanitária (75 milhões de USD). Já o sector com maior volume de investimento será o de Género, Criança e Acção Social, com cerca de 64 milhões de USD, destinados à construção de infraestruturas (Centro de Atendimento Integrado (CAI), um Centro de Trânsito para famílias desamparadas e um Infantário Provincial em Pemba).

Outra grande preocupação levantada é como reconstruir antes de pacificar, num contexto em que os ataques não cessaram. A questão da pacificação como necessidade para a reconstrução, é desafiadora e remete à importância de **uma abordagem integrada de resposta humanitária-desenvolvimento-paz**, que implica criar sinergias e objectivos comuns entre programas de resposta a emergência de curto prazo, e processos de mudanças sociais sistémicas e estruturais de longo prazo, promovendo em todos os níveis oportunidades para a construção de paz. O PCRD traz algumas acções como diálogos comunitários para a Paz, mas é necessária uma maior e melhor integração da Agenda de Paz, Mulher e Segurança, nos programas e planos nacionais de desenvolvimento.

Ao longo deste trabalho, é possível ver a necessidade de maior articulação e sinergia entre os espaços, como os clusters de resposta humanitária, e outros espaços de participação em processos de desenvolvimento, promoção de direitos humanos e paz, tais como a Plataforma de Paz, Mulher e Segurança ou a Plataforma da Sociedade Civil sobre Recursos Naturais e Indústria Extractiva, Comitês Comunitários, etc.

Ainda, algumas falas como as abaixo mostram a necessidade de que o investimento de reconstrução no contexto de conflito seja dirigido não apenas às zonas destruídas, mas tenha um enfoque no desenvolvimento das aldeias e centros de reassentamento, de forma a que as pessoas possam iniciar

a sua reconstrução e ganhar autonomia no momento presente, dado que muitas das mulheres ainda não se sentem seguras para regressar às zonas de origem. Embora as mulheres deslocadas entrevistadas tenham colocado o desejo de regressar às suas casas, a sua condição para tal é o fim oficial e declarado do conflito. Até lá, uma grande parte quer criar condições para uma vida condigna nos centros e aldeias de acolhimento.

3. Percepções sobre o modelo de Desenvolvimento e os Recursos Naturais em Cabo Delgado como causa do conflito e condição para a Paz

A última década colocou Cabo Delgado como alvo de capital e investimento estrangeiro com os megaprojectos das indústrias extractivas, devido à descoberta de gás, petróleo e uma variedade de minérios. Desde então, o discurso e programa político está centrado na ideia de um “desenvolvimento sustentável e inclusivo” baseado fundamentalmente na indústria extractiva, com destaque para o papel das multinacionais petrolíferas na criação de oportunidades de emprego e integração da população rural no mercado formal, como está reflectido na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035). A Estratégia enfatiza a promoção de empoderamento económico da mulher e inclusão de jovens na cadeia de valores da indústria extractiva através de formações profissionalizantes, programas de alfabetização e educação para adultos e formações em gestão financeira e empreendedorismo (Collet, 2020). Contudo, a realidade prática mostra elevados níveis de exclusão e grandes desafios na oferta de serviços de educação nos vários níveis, limitando o acesso a oportunidades de emprego que seriam potencialmente geradas pelas indústrias extractivas localmente. O conflito evidencia ainda os desafios de conciliar políticas públicas para inclusão e igualdade social, sustentabilidade e conservação ambiental com a orientação neoliberal em que se baseia o modelo extractivista predatório, que caracteriza as agendas de desenvolvimento nacional e provincial.

Nas entrevistas aos vários actores-chave e às mulheres deslocadas, estão subjacentes críticas ao modelo de desenvolvimento extractivista que foi adoptado na província e no país, marcado pela exploração desenfreada de recursos e uma redistribuição altamente desigual da riqueza, resultando numa exclusão e expropriação violenta das comunidades locais. Como as falas irão mostrar, o modelo de desenvolvimento é colocado como uma das causas fundamentais do conflito, associado à “maldição dos recursos”. Ao mesmo tempo, as falas revelam a necessidade urgente de repensar e reconceber o “desenvolvimento” da província e do país, garantindo a participação sobretudo de todos os grupos que vêm sendo desfavorecidos, como condição para a construção efectiva da paz.

Isto que está a acontecer vai atrasar o desenvolvimento. O que é desenvolvimento? É liberdade. Quando não há liberdade não há desenvolvimento, a não ser que o paradigma do desenvolvimento seja essa distração de exploração de recursos naturais: gás, petróleo, madeira, rubis, areias pesadas, mas sem nenhuma participação activa da população local no processo, sem que as próprias comunidades deleguem essa responsabilidade ao Estado por livre vontade. Estamos a ter uma exploração desenfreada dos recursos e não sabemos o que está a acontecer, o que está ser explorado, o que não está a

ser explorado. Nós queremos que haja uma gestão compartilhada dos recursos que pertencem a todos nós, e vai depender de que paradigma vamos seguir no meio da visão do Estado. Mas sei que o paradigma usado vai nos atrasar em todos os aspectos, seja a nível social, económico ou cultural. A maldição dos recursos torna-se cada vez mais evidente (Colaborador de OCB, Pemba, 2021).

Se temos aqui rubi ou ouro, naturalmente tem que vir alguém que tenha capacidade e conhecimento. Que tenha tecnologia e recursos financeiros para poder explorar. O que está em causa aqui são os ganhos. Como é que nós sentimos que os recursos são nossos, pertencem a nós e que estamos a ganhar benefícios? É complicado. Por exemplo, o único distrito neste momento que está a receber os tais 2.75%, é o distrito de Montepuez, por conta do Rubi. 2.75% é que reverte para as comunidades. Para as comunidades no sentido de que elas possam depois usar esse dinheiro que é para o desenvolvimento local. Mas vai ver o que está a acontecer? Em Ancuabe, há exploração de grafiti, mas não se recebe 2.75%. Mas porquê, se já há exploração de grafite há muito tempo. Não está a receber porquê? E depois, o que acontece é o seguinte: a filosofia de 2.75%, ela não pode anular a canalização, por exemplo, do dinheiro direcionado ao investimento que sempre foi para o distrito. Não é? (Colaborador de OSC Nacional, Pemba, 2021)

Se o governo mostrar abertura, as pessoas vão falar sobre o que eles precisam. O nosso país é caracterizado por situações de desigualdade desde o acesso à educação, oportunidades de emprego, serviços sociais básicos, etc. e os nativos acusam que são os outros, que vêm buscar os empregos deles. Tudo isso propicia conflito (Chefe de Família Acolhedora, Pemba, 2021).

4. Mudanças Climáticas e a Crise Ecológica – Alternativas ao Desenvolvimento Extractivista?

Diferentes propostas feministas questionam o modelo de desenvolvimento e as assimetrias de poder político e económico global que retem uma lógica colonial (racista e patriarcal) de divisão internacional de trabalho e colocam a necessidade de construir alternativas ao modelo de desenvolvimento económico dominante de carácter extractivo-predatório, sobretudo face à crise ecológica global - às mudanças climáticas e ao esgotamento de recursos naturais que resultam do actual formato de desenvolvimento, com impactos diferenciados sobre a mulher (Womin, 2020). Os micro-conflitos quotidianos de disputa pelos recursos acabam recaindo desproporcionalmente sobre as mulheres devido ao seu papel como gestoras da vida familiar e comunitária, como discutido.

Ainda, uma das constatações do trabalho de campo nos diferentes distritos visitados foi, precisamente, o elevado grau de degradação ambiental, que pode estar ligada à acção das indústrias extractivas na província, mas também fruto do aumento da pressão sobre a terra devido às demandas concentradas de recursos, em função da rápida mobilidade migratória forçada pelo conflito. Em

acrécimo, Cabo Delgado é uma província que vem sofrendo directamente os impactos das mudanças climáticas em meio a um conflito de extremismo violento. Em 2019, a província foi alvo de um dos ciclones mais extremos da região, na sequência de secas severas como resultado de temperaturas mais elevadas no Canal de Moçambique (Bond, 2022). Como referido, nas rodas de conversa muitas mulheres levantaram os desafios e destruição massiva causados pelo ciclone Kenneth, e trouxeram também a preocupação recorrente em relação às cheias e à seca, sobretudo em aldeias e centros de PDIs que foram sendo estabelecidos pelo governo em zonas consideradas vulneráveis às chuvas, numa conjuntura de insegurança alimentar crónica e difícil acesso à terra para produção agrícola.

Algumas organizações nacionais (Sekelekani, JA, WLSA, CTV) têm evidenciado o impacto negativo das economias extractivas e têm procurado levantar o impacto específico nas mulheres em Cabo Delgado. Contudo, continua a ser crucial aprofundar a compreensão sobre as dimensões de género no impacto das economias extractivas e mudanças climáticas na província de Cabo Delgado, e a profunda inter-relação com o actual conflito. Para Bond (2022) *“a crise climática é amplificada por injustiças sócio-políticas e económicas em todo o lado, mas em 2021, talvez em parte alguma de forma tão aguda como no norte de Moçambique.”* Movimentos feministas vêm enfatizando a compreensão de que a construção de justiça social e económica e a igualdade de género passam necessariamente pela construção da justiça ecológica, isto é, pela construção de modelos de desenvolvimento e bem-estar que garantam não apenas a preservação, mas a regeneração do ecossistema e sua biodiversidade.

A questão das mudanças climáticas em Moçambique assume múltiplas dimensões. Por um lado, está ligada à condição vulnerável que o país sofre durante as estações ciclónicas, com cheias e com a seca e os vários desafios resultantes disso - sobretudo a ameaça constante à segurança alimentar de comunidades que dependem da agricultura alimentada pela chuva. Por outro lado, está ligada à história do extractivismo neocolonial e predatório do país. Gudynas (in Womin, 2020) caracteriza o extractivismo predatório como um modelo de extracção de matéria-prima bruta, profundamente dependente de investimento estrangeiro, sobretudo do Norte Global, realizado por grandes corporações internacionais, para transformação e consumo no exterior, forçando deslocamentos massivos das comunidades, com um sistema pouco transparente de recompensações, violações de diversa ordem aos direitos humanos das comunidades locais, elevado impacto ambiental e esgotamento de recursos não-renováveis, condições laborais precárias e poucas oportunidades de empregabilidade a nível local, bem como fraco controle governamental sobre a canalização das receitas fiscais das indústrias extractivas para as comunidades e agendas de desenvolvimento local (Womin, 2020).

Apesar dos esforços globais e regionais para melhorar as questões de governação e transparência da canalização das receitas fiscais das indústrias extractivas, de instituições como as Nações Unidas, a OECD (Organização Económica para Cooperação e Desenvolvimento), o Banco Africano de Desenvolvimento, a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE), diferentes movimentos e analistas, e perspectivas ecofeministas, expõem que este modelo de desenvolvimento assente fundamentalmente no extractivismo de larga escala e intensidade, é intrinsecamente danoso ao tecido social e ambiental, pois acontece dentro de um paradigma que protege predominantemente os interesses das corporações e de uma elite político-económica local, em detrimento dos interesses das comunidades e protecção ambiental.

A pesquisa da WOMIN (2020) “Armas, Poder, Política”, que traz um estudo de caso de Moçambique, afirma que quando as mulheres e comunidades exerceram o seu direito de negar a ocupação das suas terras pelas companhias mineradoras, foram alvo de ataques da polícia e forças privadas de segurança, que defendiam as agendas corporativas. Ainda, mulheres em particular, sofreram formas de violência e assédio sexual durante estes processos. Neste sentido, modelos de extractivismo que excluem a participação das comunidades nas decisões políticas e apenas cooptam-nas ou usam da força militar para controlar tensões locais, geram fragilidades sociais que tornam estes territórios vulneráveis a conflitos, como é o caso de Cabo Delgado.

Portanto, o desafio está na construção de alternativas económicas que não sejam exclusivamente dependentes de combustíveis fósseis, mas que garantam a satisfação das necessidades e aspirações das comunidades de Cabo Delgado. Para alguns, isto exige passar de um extractivismo predatório para um extractivismo moderado, com alta aplicação de regulamentações ambientais, sociais e fiscais (ex: proibição de mineração a céu aberto na Costa Rica), uso de novas tecnologias mais adequadas à protecção ambiental, mecanismos eficazes de participação das comunidades locais e desenvolvimento de pequenas indústrias locais ligadas a processo produtivos, para transformação local dos produtos, e sistemas eficazes de transparência e gestão comunitárias de receitas fiscais mais justas.

Outros movimentos, organizações e paradigmas ecofeministas sugerem uma transição económica ainda mais profunda para aquilo que se designa de extractivismo indispensável com actividades extractivas de pequena/média-escala orientadas pelas demandas e interesses do mercado local e regional (em contraste com as demandas de corporações internacionais/países do Norte), com projectos de baixa intensidade e menor escala, impactos sociais e ambientais reduzidos e decisões políticas informadas pelo princípio de preservar os ecossistemas, reduzir as emissões de carbono e garantir a participação da comunidade e seu controle sobre os recursos naturais. Neste sentido, a transição para um extractivismo indispensável deve ocorrer sob o paradigma de uma economia diversificada, que não reproduza o “ciclo de especialização em matérias-primas” e possa oferecer alternativas de emprego orientadas para a erradicação da pobreza e sectores sociais, de forma combinada com a protecção do ambiente através de actividades económicas como agricultura ecológica, ecoturismo, indústrias de energias renováveis, entre outras (WOMIN, 2022). Neste sentido, os empregos não estarão limitados às indústrias extractivistas, mas serão consideradas alternativas de emprego que fortaleçam os meios de subsistência existentes baseados na terra e que estejam ligadas aos compromissos para salvaguardar a soberania alimentar, mitigar as alterações climáticas e garantir a protecção e regeneração da biodiversidade.

A transição para um futuro pós-extractivista exige uma lógica de desenvolvimento diferente – que valorize o petróleo e os minerais, mas que também valorize a natureza, o bem-estar humano, os recursos naturais não renováveis, as crenças e práticas culturais e a protecção dos bens comuns como uma base para a reprodução social (Meer, 2021).

Haver vontade política significa pôr as pessoas certas em lugares certos para decidirem a coisa certa. Quem está a decidir aquele assunto? Conhece? Sabe? Se não tem capacidade para decidir ou para escolher sai e põe alguém que entenda

de petróleo e gás para o futuro. Porque o que a gente quer é Moçambique desenvolvido. Mal começou e já há muita confusão. Porquê? Como é possível com a quantidade de petróleo que a gente tem e Moçambique abre as portas aos estrangeiros ou essas multinacionais que vem trabalhar connosco sem antes por protecção costeira. O que se pretende com isso? Não é brincadeira aquilo que está ali. A maior bacia de ouro está aqui (as reservas de ouro estão aqui). O melhor Rubi está aqui. Nós temos petróleo e gás. Mais do que Dubai, é o que se está a falar. Agora pergunto: estamos em Dubai? Estamos na Noruega? A Noruega tem 79 ONGs só para falar de petróleo e gás, protecção de biodiversidade. Moçambique tem quantas ONGs que falam essas coisas? (...) É um assunto esse. Então é preciso perceber para onde vamos e o que nós queremos. Está aí o Fundo Monetário, 50% vai estar lá para financiamentos de desenvolvimento para Moçambique e 50% vai para o Governo. Muito bem, eles sabem o que o Governo vai fazer, mas aquele que fica no banco vão fazer o quê? Vão ajudar a institucionalizar mais organizações para monitorarem e controlarem mais? Vão apoiar? Não sei. Porque os projectos que vão sair de lá é mediante um agreement ou esse dinheiro não vamos ver também? O que é que nós queremos para Moçambique? São várias iniciativas para você monitorar o Fundo Monetário (...). O que é que Moçambique quer? Moçambique não faz barulho porquê? (...) nós fomos educados e instruídos assim para ficar quietos e calados (Colaboradora de OSC Local, Pemba, 2021).

Neste sentido, a articulação entre a desigualdade de género na gestão de recursos naturais, o modelo de desenvolvimento, as mudanças climáticas e espaços de governação democrática, é necessária para repensar programas que visem mudanças estruturais e profundas. Acreditamos que este debate é fundamental para as OSCs locais encontrarem o seu posicionamento e participarem com propostas locais que articulem as necessidades e aspirações das mulheres, sobretudo das mulheres deslocadas.

6. Caminhos para a Paz

O desejo de Paz atravessou profundamente todas as conversas com os diferentes grupos que participaram desta pesquisa e todos os momentos de trabalho de campo na província de Cabo Delgado. “Queremos Paz” foi a principal demanda, repetida incansavelmente com a mesma força e intensidade em todas as rodas de conversa. Ressaltamos que esta pesquisa foi pensada e construída como mais um grito (escrito) pela Paz. Partilhamos nesta secção alguns entendimentos sobre as condições e pressupostos partilhados sobre o significado de Paz e os caminhos para alcançá-la.

Para vários actores-chave, a reconstrução da Paz é indissociável de uma mudança no paradigma de desenvolvimento, como foi também discutido em outros capítulos da pesquisa:

Esta paz para existir, primeiro tem que haver vontade política em saber o que é que realmente Moçambique quer para os moçambicanos em relação a vida e o

desenvolvimento do próprio país. O que é que nós queremos. Queremos uma Noruega ou queremos uma Nigéria porque é preciso saber. A mesma quantidade de petróleo que nós temos aqui na Baía de Rovuma, é a mesma quantidade de gás que descobriram na Noruega há 50 anos atrás. Então a minha pergunta é, queremos ir para onde? Queremos uma Noruega de hoje ou queremos uma Nigéria ou um país que tem petróleo e guerra? Isto tem a ver com vontade política, sentarem e acordarem, o que é que realmente nós queremos como Moçambique (Colaboradora de OSC Local, Pemba, 2021).

Para a grande maioria das pessoas entrevistadas, incluindo mulheres deslocadas, os caminhos para a Paz precisam de ir além das soluções e intervenções militares, de abordar as questões estruturais que estão na raiz do conflito e de encontrar formas possíveis de diálogo. O diálogo foi mencionado inúmeras vezes nos diferentes grupos, como uma necessidade:

Muitas famílias estão a sofrer, a perder bens, são mortas de forma cruel. O governo deve investir no diálogo, não basta enviar e solicitar apoio militar. As pessoas continuam a viver com medo e este é um país muito rico em recursos naturais, então, se o governo não souber gerir este conflito, poderá se alastrar para as outras províncias e trazer insegurança a todo Moçambique (Activista e colaboradora de OCB, Pemba, 2021)

Fica claro para vários analistas, e para os grupos de mulheres com quem conversamos, que sem abordar as queixas socioeconómicas, a supressão militar do movimento de insurgentes não resolverá as tensões locais (e étnicas) agravadas e criadas e as disputas pelo acesso aos recursos e serviços. O economista político Tomás Selemane (2021) colocou:

Não há solução militar para o conflito que explodiu na província rica em gás do norte de Moçambique desde 2017. Só terminará abordando as suas causas profundas, entre elas a pobreza extrema, o desemprego, a falta de serviços de saúde e educação, e a falta de abastecimento de água (Bond, 2022).

Ainda, para reconstruir-se a confiança na possibilidade de paz, o envolvimento de todos os actores-chave foi trazido como fundamental. A grande maioria das pessoas entrevistadas, incluindo as mulheres, defendem que se devem encontrar, em conjunto, estratégias e identificar lideranças para abrir espaços e oportunidades de diálogo com o grupo de insurgentes. Ao mesmo tempo, compreendem que a questão da redistribuição e gestão compartilhada dos recursos naturais é chave e condição para um futuro partilhado de paz. Chamam ainda a atenção para a experiência acumulada de Moçambique em negociações de Paz, e aqui importa lembrar também as lacunas nas dimensões de género que foram discutidas anteriormente. Para se alcançar a Paz, é preciso considerar profundamente todas as causas mencionadas, e novamente a questão da educação e da inclusão de conteúdos curriculares sobre Paz foi também mencionada, assim como o investimento na formação de jovens homens e mulheres.

Construir os caminhos para a Paz é um processo interligado, exige uma intervenção interseccional, que compreenda a interligação entre as várias causas estruturais e históricas do conflito, desde as

questões étnico-religiosas, o modelo de extractivismo predatório em contexto de desigualdade e pobreza e seus efeitos, o recrudescimento da militarização em defesa de corporações, em detrimento das populações, a má redistribuição e gestão de recursos naturais e a crise ecológica e contexto de elevada vulnerabilidade às mudanças climáticas.

Neste sentido, reforçamos que a paz exige repensar o paradigma de desenvolvimento extractivista, sua ligação com estruturas patriarcais e militarização, bem como exige repensar as abordagens de reconstrução e intervenção humanitária, para que estas abram caminho para soluções e alternativas que gradualmente possam conduzir a transições económicas que visem articular o bem-estar das pessoas à protecção do ambiente. Assim, é preciso, cada vez mais, que as acções de resposta ao conflito e apoio às pessoas deslocadas, possuam abordagens sistémicas e integradas, que articulem paz, desenvolvimento e resposta humanitária, sob uma perspectiva de género.

O paradigma feminista de paz compreende que esta é um ambiente que permite uma vida digna e não apenas a ausência de conflito armado, uma definição que está em linha com o conceito de Paz Positiva. A construção da Paz Positiva implica enfrentar as várias formas de violência, incluindo a violência de género e a violência contra o ambiente. Ao mesmo tempo, a construção de uma Paz Positiva compreende que no conflito pode haver espaços de paz, mas que podem também persistir espaços de violência. No entanto, se estas bolsas de conflito não forem abordadas, não terá sido alcançada a verdadeira paz.

Ao longo desta pesquisa, tentamos marcar a importância da dimensão da participação dos actores locais para orientar os processos de paz para a (re)construção de sociedades pós-conflito com capacidade para desenvolver uma Paz Positiva, sustentável e duradoura, marcada pela capacidade de resolver conflitos futuros de forma não violenta. Para isso, é fundamental que os processos de paz e (re)construção pós-conflito garantam uma dimensão de género, como já repetido, que traga as contribuições e impactos específicos das mulheres em ambos os processos, e que estes processos exijam a capacidade de conceber novas masculinidades não violentas, assim como outros paradigmas de desenvolvimento e igualdade de género.

RECOMENDAÇÕES

1. Coordenação das OSCs nos programas de desenvolvimento e resposta humanitária

- Criação de uma agenda comum de advocacia centrada nas mulheres, que articule as demandas das várias organizações, redes, colectivos no âmbito da resposta humanitária

e programas de desenvolvimento, a partir de entendimentos pautados na diversidade e nas diferenças de necessidades dos vários grupos, com desenho de acções amplas, massivas;

- Repensar as abordagens dos “Clusters” temáticos liderados pelas agências internacionais e a sua articulação com a sociedade civil local, de maneira a estabelecer relações que privilegiam as vozes locais e favoreçam o seu protagonismo;
- Garantir mecanismos de monitoria, prestação de contas e transparência no âmbito dos financiamentos para a segurança, a reconstrução e apoio humanitário, tanto pelo governo como pelas Agências Internacionais e as OSCs, para que as acções possam ser acompanhadas, procurando sempre que possível garantir o envolvimento das mulheres deslocadas e as suas diversas perspectivas;
- Fortalecer sinergias com redes, espaços e canais de direitos humanos, mulheres, paz e segurança a nível regional e internacional, mobilizando lideranças de mulheres deslocadas para participação nos mesmos;
- Investir na formação de especialistas nacionais para a área de emergências e resposta humanitária, privilegiando o Nexus paz - apoio humanitário - desenvolvimento; integrar, nesta formação, as abordagens críticas e feministas sobre modelos de desenvolvimento;
- Promover os canais e mecanismos existentes de denúncia de abusos e de corrupção a nível local, no âmbito dos programas de resposta e apoio às pessoas deslocadas, incluindo distribuição de donativos, envolvendo mulheres e exigindo prestação de contas por parte do governo.

2. Governação e Participação

- Governação e Democracia Local em contexto de Conflito: aprofundar espaços democráticos, fomentando o direito à oposição, à pluralidade de ideias e perspectivas e a práticas de diálogo;
- O governo deve prover e facilitar o acesso à informação;
- Preparar e formar mulheres quadros políticos e jurídicos em matérias de Segurança e Paz responsivas ao género; garantir que espaços de decisão de alto nível incluam estas lideranças e que as mesmas reflectam sobre as prioridades e demandas das mulheres deslocadas e/ou afectadas pela guerra;
- Advocar por abordagens programáticas que possuam uma lógica integrada/NEXUS Paz - Resposta Humanitária - Desenvolvimento, numa óptica de género – e que possam ser construídas a partir das prioridades materiais, culturais e psicológicas das beneficiárias e beneficiários;
- Envolver mulheres parlamentares e garantir e estabelecer sinergias com elas no âmbito das demandas e necessidades das mulheres deslocadas, para construção de agendas políticas e partidárias que priorizam a realidade de resolução da guerra e contenção do seu alastramento e a reconstrução condigna das famílias afectadas – Paz como necessidade da Democracia – Parceria com a 3ª Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais, Género;

- Visibilizar as reivindicações das mulheres deslocadas em todos os espaços de diálogo, deliberação e tomada de decisão, incluindo o desenho de programas, estratégias, projectos e iniciativas em que estão implicadas;
- Ligações Internacionais e Regionais: Fortalecer sinergias com redes, espaços e canais de direitos humanos, mulheres, paz e segurança a nível regional e internacional, mobilizando lideranças de mulheres deslocadas para participação nos mesmos;
- Promover princípios éticos na condução de pesquisas, inquéritos e levantamentos, envolvendo as pessoas deslocadas; combater a presença extractiva e fatigante e a insensibilidade às questões de género;
- Capitalizar e interligar os vários espaços existentes de participação comunitária, como Espaços Seguros das Mulheres, Comitês Comunitários, Clubes de Paz, Tribunais Comunitários, etc;
- Processos de documentação histórica e memória colectiva – *“a história do conflito armado deve ser contada a partir das histórias das mulheres e das raparigas”*;
- Com base nos levantamentos e inquéritos já realizados, facilitar um *“policy brief”* com as principais necessidades das mulheres deslocadas em cada centro/aldeia de acolhimento estabelecido;
- Estabelecer “pontos de escuta” de rádios comunitárias nos centros de acolhimento para acesso de todos à informação;
- Facilitar “Agendas de (re)assentamentos” e advocacia para estabelecimento e reorganização de (re)assentamentos condignos, que não estejam em zonas vulneráveis às chuvas e outra intempéries, com acesso a água potável, unidade sanitária móvel, escola, espaço seguro das mulheres, etc., incluindo espaços recreativos e seguros para crianças, de acordo com os padrões e critérios estabelecido no âmbito dos Direitos das Pessoas Deslocadas Internamente;
- Garantir a protecção e promoção da diversidade étnica, cultural e religiosa como eixo central do fortalecimento democrático.

3. Agenda Mulher, Paz e Segurança

- Levar as agendas de advocacia nacional no âmbito da paz para o nível internacional através de sinergias e parcerias com redes e organizações regionais e internacionais (Ex: 16 dias de Activismo dedicados inteiramente a visibilizar as violências baseadas no género sofridas pelas mulheres deslocadas; 1 Milhão de Mulheres pela Paz em Moçambique para divulgação de prioridades de advocacia nesse âmbito);
- Formar mulheres especialistas em gestão e resolução de conflitos e pacificação, com enfoque nas relações entre os “vientes” e os nativos, relações interétnicas, intrafamiliares e entre casais, numa perspectiva de género que promova a diversidade étnica, os direitos humanos e o combate à estigmatização, discriminação e exclusão;
- Promover a capacitação de vários actores-chave sobre Mulher, Paz, Segurança; Militarismo, Conflito e Extractivismo, assim como Legislação sobre PDIs;
- Promover lideranças femininas nos Clubes de Paz e trazer temáticas sobre não violência, comunicação não violenta e violência baseada no género, mostrando que a Paz deve

começar em casa, diversidade étnica e cultural, relações entre famílias “deslocadas” e “nativas”, etc;

- Envolver igualmente mulheres “nativas”, activas na prevenção e mediação de conflitos;
- O Governo deve partilhar informação sobre o conflito de forma regular e sistemática, alertando para potenciais ameaças e riscos, através de rádios e outros meios de divulgação - informando também sobre as suas acções, estratégias e aspectos relevantes;
- Advocacia para iniciar negociações e mediações para diálogo com os grupos insurgentes;
- Valorizar os saberes tradicionais e locais, bem como a história e memória colectiva nas estratégias de resolução e mediação do conflito, para soluções não apenas militares, mas de negociação e diálogo;
- Envolver diferentes grupos e lideranças religiosas na compreensão dos impactos diferenciados da guerra nas mulheres e raparigas e propiciar reflexões sobre o papel das religiões na defesa de princípios éticos e humanos que se baseiam na equidade e igualdade de direitos;
- Criação de um Fórum para se discutirem os direitos das mulheres no processo de construção da paz, principalmente no que se refere à participação nos espaços de decisão;
- Garantir um repositório para os documentos dos vários eventos, webinars, campanhas, estudos relacionados à Agenda de Paz, Mulher e Segurança (o que a Plataforma Digital no âmbito deste estudo pretende conseguir) e sua disseminação e conhecimento público, sobretudo para as organizações da sociedade civil;
- Promover discussões sobre feminismo e paz – e construção de novas abordagens de uma paz positiva que toca nas causas e condições estruturais do conflito, que compreenda o nexus paz - apoio humanitário - desenvolvimento;
- Promover a garantia de direitos socioculturais para as comunidades deslocadas (práticas e costumes) - cerimónias fúnebres, ritos de iniciação e outros costumes relevantes ao bem-estar espiritual e social colectivo;
- Garantir lideranças compartilhadas entre homens e mulheres nos centros de acolhimento de modo a acolher tanto as necessidades das mulheres como as dos homens;
- Formar os media para sensibilizar sobre a Agenda de Mulher, Paz e Segurança;
- Trazer as agendas de advocacia nacional no âmbito da paz para o âmbito internacional.

4. Acesso a Serviços Sociais

- Compreender qual o papel dos vários sectores sociais e serviços públicos e a sua ligação com a Agenda de Mulher, Paz e Segurança;
- Mobilização de recursos humanos locais para as áreas de serviços sociais, com enfoque no apoio psicossocial e serviços integrados de VBG;
- Reforço e criação de serviços móveis integrados (tais como clínica móvel com serviço de VBG, e formatos de ensino para emergência e apoio psicossocial);
- Capacitação dos provedores de serviços em matérias ligadas à Legislação e Direitos das pessoas deslocadas internamente.

4.1 Educação

- Programas de bolsas de estudo e subsídios de transporte para o ensino secundário que priorizem raparigas deslocadas que perderam o acesso à escola secundária e estão em zonas muito distantes das escolas de ensino secundário (podem ser mobilizadas parcerias com o sector privado);
- Programas massivos de alfabetização de adultos e jovens mulheres e homens nos centros e bairros de acolhimento, que sejam igualmente programas de empoderamento cívico, via formações em cascata com envolvimento de recursos humanos locais, que integrem componentes de apoio psicossocial e componente de empreendedorismo económico, bem como matérias de VBG, Paz e Resolução de Conflitos e outros que assegurem competências básicas de leitura, escrita e numeracia;
- Integrar mais mulheres em programas de formação técnico-profissional que respondam às necessidades comunitárias/locais;
- Garantir escolas primárias e mecanismos de educação informal, acesso a pequenos cursos para crianças e jovens – (incluir grupos de crianças e jovens com deficiência e outros grupos vulneráveis);
- Promover programas de alimentação escolar nas escolas primárias;
- Formação profissional das mulheres em áreas que não seriam aquelas tradicionalmente ocupadas por elas;

4.2 Saúde

- Fortalecer a provisão de brigadas ou clínicas - móveis ou outras formas de “serviços móveis” - que se desloquem às aldeias e centros de acolhimento, que providenciam regularmente serviços de saúde sexual e reprodutiva (com atenção para doenças crónicas como HIV/SIDA) e saúde femininas, e que alcancem igualmente as comunidades nativas;
- Promover sistemas de protecção à gravidez, ao parto, à amamentação e atenção à saúde do recém-nascido, mulheres e raparigas com deficiência e com problemas de saúde crónica;
- Promover intervenções e campanhas de gestão menstrual mais adaptadas/específicas a cada contexto e que incluam mulheres e raparigas deslocadas no seu desenho e implementação.

4.3 Protecção Social

- Programas de protecção social e subsídios para famílias de acolhimento;
- VBG: Garantir o estabelecimento de Centros de Apoio Integrado à Vítima na província, priorizando os distritos com mais famílias deslocadas;
- Desenvolver programas e estratégias de protecção social a crianças órfãs, famílias e mulheres cuidadoras de crianças órfãs (priorizando o seu acesso à educação, saúde e

tratamento condigno); promover mecanismos para denúncia de abusos de maus-tratos a crianças e raparigas;

- Programa de reunificação familiar e apoio às crianças órfãs, raptadas e recrutadas à força para combater.

4.4 Apoio Psicossocial

- Estabelecer um Plano de Atenção Psicossocial – incluindo uma plataforma para articular todas as acções de âmbito de apoio psicossocial, com base em abordagens de género que diferenciam necessidades específicas de mulheres e homens e que tomem em consideração experiências existentes no país e internacionalmente - transversalizar o apoio psicossocial nas principais acções levadas a cabo pelas organizações;
- Mobilizar e desenvolver estratégias de formação massiva e ampla de mulheres deslocadas e “nativas” para alívio de trauma e competências básicas em apoio psicossocial; direccionar também apoio psicossocial com abordagens específicas para homens e rapazes que toquem na transformação de masculinidades violentas, para prevenção de formas de VBG e promoção de paz, bem como garantir abordagens específicas para grupos mais vulneráveis, como pessoas com deficiências e crianças órfãs;
- Alívio de Trauma e Apoio Psicossocial e Terapias Comunitárias: Promover acções de apoio psicossocial baseadas nos saberes tradicionais, práticas artístico-culturais como recursos terapêuticos endógenos – fomentação de actividades artístico-culturais (dança, música, artesanato, cestaria) que possibilitem também fontes de geração de renda;
- Promover acções de saúde mental, auto-cuidado e terapias colectivas de inter-apoio psicossocial para os activistas, mobilizadores, assim como provedores dos serviços sociais e organizações de mulheres actuando na linha de frente em iniciativas de apoio às pessoas deslocadas, centradas nas necessidades específicas de mulheres e homens;
- Investir (em) e promover programas de liderança e empoderamento pessoal, baseados em metodologias feministas e freirianas, que trabalhem o desenvolvimento e fortalecimento pessoal e interior das mulheres;
- Resgatar e adequar experiências e materiais elaborados durante períodos como a guerra civil e as cheias de 2000, e outros mais recentes sobre apoio psicossocial em emergência;
- Articulação com universidades e institutos de formação técnica para integração de conteúdos de assistência psicossocial e alívio de trauma em contexto de emergência, para criação a médio e longo prazo de programas de estágio que permitam o envolvimento de estudantes e recém-formados em cursos de Psicologia e Assistência Social.

4.5 Serviços de resposta integrada à Violência Baseada no Género

- Priorizar e agilizar o acesso à Justiça através do aumento de formações de mulheres activistas Paralegais – parcerias com a Comissão Nacional de Direitos Humanos e outras estruturas, tais como o IPAJ, tribunais comunitários, etc, garantindo abordagens de género sobre a justiça que desafiam normas patriarcais;
- Garantir o estabelecimento de Centros de Apoio Integrado à Vítima na província, priorizando os distritos com mais famílias deslocadas (ex. Metuge, Montepuez, Pemba);
- Fortalecer o Mecanismo Multisectorial de VBG e seus principais actores e coordenação, em todos os níveis (distrital e provincial);
- Melhorar a documentação de casos de crimes sexuais de guerra e outras formas de VBG, realizando o rastreamento de casos através das clínicas ou brigadas móveis de saúde e outras acções comunitárias de sensibilização e apoio psicossocial;
- Garantir a integração de pontos focais dos centros de acolhimento no Mecanismo Multisectorial de VBG; garantir o encaminhamento para apoio psicossocial às sobreviventes de VBG;
- Garantir a atenção integral à saúde das mulheres vítimas de violência sexual e seus familiares durante o período de diagnóstico, tratamento e protecção; promover mecanismos de denúncia e referência dos casos;
- Criação e manutenção de casas de acolhimento para sobreviventes de VBG mais vulneráveis, de todas as idades;
- Mobilizar recursos para financiamento das linhas existentes locais de denúncia (Linha 148, Fala Criança, linha do Gabinete de Atendimento à Família, Menores Vítimas de Atendimento);
- Criação de uma Equipe Técnica investigativa para esclarecer os casos de violência sexual, exploração sexual e abusos ocorridos no conflito em curso, tanto por parte das forças militares nacionais e estrangeiras, como por parte dos insurgentes, para devido seguimento criminal; promover um discurso de “não à impunidade!” – Comissão de Direitos Humanos etc. (Documentação de crimes de guerra baseados no género);
- Igualmente, fazer seguimento e denunciar os casos de abuso e exploração sexual por membros de organizações prestadoras de ajuda humanitária, fazendo com que se apliquem as penas previstas nos códigos de conduta internacionais e na legislação nacional;
- Os programas devem considerar, nas suas abordagens de sensibilização sobre VBG e direitos das mulheres e raparigas, as discrepâncias existentes entre os discursos da população e as suas reais práticas quotidianas no que diz respeito às normas e costumes culturais nocivos, como o caso das uniões prematuras, de modo a que as metodologias usadas possam operar transformações profundas e não superficiais.

5. Programas de Desenvolvimento e Reconstrução

- Revisão dos PES e outros instrumentos-chave, como o Plano de Reconstrução, com base nas transformações demográficas da província e com abordagens de género e prioridades das famílias deslocadas e famílias de acolhimento, garantindo a participação significativa destes grupos;

- Reforçar o dever das instituições do estado, como a ADIN, em garantir uma participação efectiva que se reflecta na construção de programas e abordagens que traduzam a diversidade de ideias e perspectivas das famílias deslocadas, numa abordagem de género.

6. Acesso e Gestão de Recursos Naturais e Terra em contexto de crise ecológica e mudanças climáticas

- A gestão transparente dos Recursos Naturais (RN), canalização das receitas aos distritos e comunidades continua central e deve ser articulada com os processos de reconstrução e paz, a partir de acções que mobilizem e organizem mulheres na gestão de RN;
- Privilegiar Recursos Humanos da província e zona norte e formá-los para a sua integração nas várias iniciativas e programas humanitários e de desenvolvimento;
- Estratégia clara de redistribuição de terras na província, enfatizando-se a necessidade da “devolução” ou “restituição” de terras e reorganização da actividade agrícola, com incentivos a cooperativas de mulheres camponesas; que esta redistribuição atribua 50% das terras às mulheres – acesso a DUATs;
- Programas de (re)assentamento com o propósito de proteger o meio ambiente, de fortalecer a produção alimentar local – créditos agrícolas, instrumentos e insumos agrícolas, etc., abrangendo mulheres; projectos agro-florestais e agricultura ecológica – que visam fazer face ao elevado desmatamento provocado pela indústria madeireira e outras acções extractivas;
- Promover a liderança de mulheres e colectivos para a Gestão de Recursos Naturais – e formações na área de mudanças climáticas.

7. Fortalecimento Económico das Mulheres

- Integração do sector privado e instituições financeiras no processo de reconstrução da província de Cabo Delgado: ex. abertura de linhas de crédito bonificado para mulheres deslocadas e outros grupos vulneráveis; regulamentação de preços de bens e produtos básicos que inflacionaram devido aos “cheques de apoio”;
- Investimentos em programas de agricultura ecológica, ecoturismo, energias renováveis, orientados para diversificação económica e modelos de pequenos negócios locais liderados por mulheres;
- Realização de fóruns para construção de estratégias de empoderamento económico das mulheres deslocadas e não só, para ampliação das suas habilidades e actividades prévias; identificação de iniciativas e práticas de economias solidárias e sustentáveis em diversas áreas – e que respondam às necessidades dos contextos de desenvolvimento rural; discutir e propor modelos e linhas de financiamento e crédito a nível local, distrital e provincial; estabelecer, neste âmbito, parcerias com o sector privado local e nacional (médias e pequenas empresas locais), para fomentar as economias locais;
- Fomentar cooperativas económicas de mulheres, modelos locais de poupanças comunitárias, xitiki e outros, através de linhas e abordagens de financiamentos;

- Criação de programas de reordenamento e acesso à terra, aos bens e serviços produtivos e sociais;
- Revisão do PRCD - Promoção de programas de desenvolvimento para aldeias e centros de acolhimento e integração de regiões afectadas pelo conflito, em paralelo com os processos de pacificação e segurança nestas regiões, com mecanismos estabelecidos e participação das populações deslocadas e comunidades nativas;
- Acesso à energia nos centros de acolhimento por via de painéis solares, em zonas que ainda não estejam electrificadas;
- Plano para melhoramento e resiliência das habitações nos centros de acolhimento/(re)assentamentos, baseados em cooperativas de produção de materiais de construção, envolvendo formas de geração de renda para famílias deslocadas;

8. Recomendações para o reforço da capacidade das Organizações da Sociedade Civil, particularmente de nível local e lideradas por mulheres e jovens

- Promover acções de reconhecimento público de organizações e colectivos de mulheres - através de prémios; destacar não apenas “campeãs” numa lógica mais individualista, mas também os colectivos de mulheres engajados;
- Promover a difusão do trabalho realizado pelas mulheres enquanto agentes políticas;
- Desenvolver estratégias de protecção e segurança que atendam aos riscos específicos de mulheres mobilizadoras, activistas e actantes na defesa dos direitos humanos e das mulheres, líderes locais, mulheres membros de organizações – face a eventuais ameaças, formas de discriminação, estigmatização social, etc;
- Fortalecimento e apoio às OCBs, cooperativas e organizações das mulheres, em recursos e ferramentas, e acesso às novas tecnologias, bem como conhecimentos em matérias de direitos humanos, de pessoas deslocadas internamente, gestão de conflitos, VBG em contexto de guerra, gestão de recursos naturais - via apoio à construção de movimentos e alianças ou coligações entre as várias organizações comunitárias.

